



## I – Introdução

O presente Relatório de Gestão, é apresentado de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A análise orçamental está de acordo com o disposto na NCP-26 – Contabilidade de relato orçamental, enquanto a análise económico-financeira, tem por base as NCP 1 a 25.

Durante o exercício de 2023, concluiu-se o processo de descentralização de competências, com o assumir das responsabilidades por parte do Município das áreas da Ação Social e Saúde.

Manteve-se a dinâmica de desenvolvimento económico positivo do Concelho, nomeadamente através de uma execução superior a 100% nos impostos diretos e de um aumento das taxas de construção.

Quer a receita total cobrada com uma execução de 86,12 %, quer a despesa total com uma execução de 81,31 % ambas com variações positivas face ao ano anterior, apresentam resultados muito positivos

O ativo líquido apresenta um aumento de 20,66 % enquanto o passivo aumenta 7,96 %.

O resultado líquido apresenta um valor positivo de 2.237.652 €.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no final de 2023 e considerando o rácio existente para o seu apuramento era de 23 dias.

Mantiveram-se os níveis de endividamento em montantes considerados razoáveis, assim como, foram cumpridas todas as regras do equilíbrio orçamental.

Neste relatório, é apresentada, igualmente, uma análise à execução das grandes opções do plano, assim como, um capítulo dedicado à contabilidade de gestão de acordo com o disposto na NCP 27 do SNC-AP, para além de um capítulo síntese sobre a execução financeira do processo de descentralização de competências.

Estas contas, tal como as anteriores refletem o rigor que tem sido colocado ao longo destes últimos anos na gestão financeira, com a elaboração de orçamentos equilibrados e um rigoroso acompanhamento na sua execução.



Em 2023, manteve-se a aquisição de habitações ao abrigo do 1.º direito e com financiamento do IHRU, deu-se início à empreitada de construção da USF do Alto do Seixalinho, de recuperação do Bairro Alves Redol, assim como, ao projeto das Comunidades Desfavorecidas.

Estes projetos com financiamento via PRR o que demonstra o enorme aproveitamento que o Município do Barreiro tem feito destes fundos, não desperdiçando assim, esta excelente oportunidade de desenvolvimento do Concelho.

O ano de 2023, continuou a dinâmica de desenvolvimento iniciada anteriormente. É inquestionável a melhoria do nível de qualidade de vida da nossa população.

Este caminho que temos vindo a trilhar, está longe de estar finalizado, mas, com a ambição, vontade, empenho e capacidade de concretização que temos demonstrado, nenhum obstáculo que se apresente, será suficiente para travar o sonho de todos os dias, contribuirmos para o desenvolvimento da nossa terra.

Podem continuar a contar connosco.

## II – Equilíbrio financeiro

### II.1 – Nota explicativa

Neste ponto, é apresentado um conjunto de indicadores relativos a equilíbrios ou metas legais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente:

- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto;
- O Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, publicado no Diário da República n.º 71, 2ª Série, Parte C – indicador relativo ao prazo médio de pagamentos a fornecedores;
- Lei n.º 12/2022 de 27 de junho – Orçamento de Estado para 2022.

### II.2 – Prazo médio de pagamentos

Ao longo dos últimos anos, o Município do Barreiro, tem vindo a manter o seu prazo médio de pagamentos a fornecedores em níveis bastante aceitáveis.

Este prazo médio de pagamentos, é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{4} \cdot 365$$

Em que:

t = trimestre

DF = Dívida de curto prazo a fornecedores, observada no final de um trimestre

A – Aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de terem sido liquidadas.

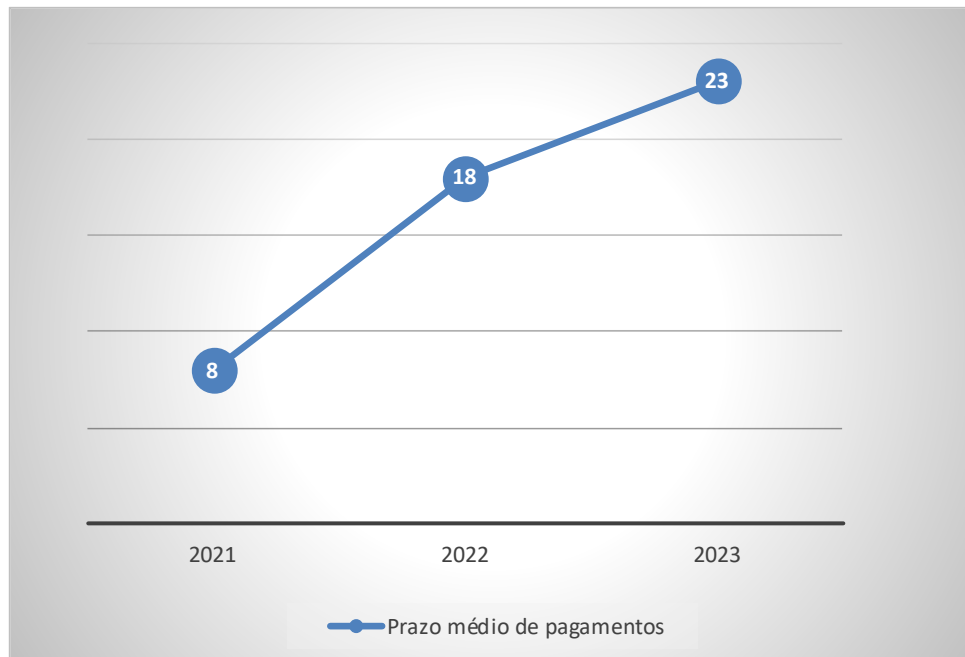
No final de 2023, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 23 dias, superior em 5 dias ao observado no final de 2022, ou seja, um aumento de 27,78 % em termos relativos.

#### Quadro n.º 1 - Prazo médio de pagamentos

Unid: n.º de dias

Indicador	2021	2022	2023	Crescimento 2022 / 2023	
				Valor	%
Prazo médio de pagamentos	8	18	23	5	27,78%

#### Gráfico n.º 1 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos





### **II.3 – Pagamentos em atraso**

De acordo com a Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro – Orçamento de Estado para 2023, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, até final de 2023, para além das já previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2022, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

O Município do Barreiro e, considerando a definição legal estabelecida na alínea e) artigo 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), não tinha pagamentos em atraso no final de 2022 e assim se tem mantido até final de 2023 dando cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor.

Ainda de acordo com o Orçamento de Estado para 2023, as autarquias locais que, em 2022, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2022, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Tendo, o Município do Barreiro, cumprindo com o acima estabelecido e tendo esta situação sido aferida pela DGAL, ficou assim, fora do âmbito da aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

### III – Análise Orçamental

#### III.1 – Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, pode ser designado de equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários – e a do equilíbrio substancial, i. é, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes, de modo à obtenção de saldos correntes positivos, desde logo, para financiamento das despesas de capital.

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando no seu artigo 40.º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos a médio e longo prazo.

Os dados de fecho de 2023, registam o cumprimento deste conjunto de normas, sendo o valor das amortizações médias calculado nos termos do n.º 4 do artigo 40.º da citada Lei (RFALEI). No caso do Município do Barreiro, este valor para 2023 é de 2.116.328 €.

#### Quadro n.º 2 - Regras do equilíbrio orçamental

Equilíbrios orçamentais	2023	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
Receita total / Despesa total	105,92%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
Receita corrente / Despesa corrente	109,65%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	105,54%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

Gráfico n.º 2 - Receita total vs Despesa total

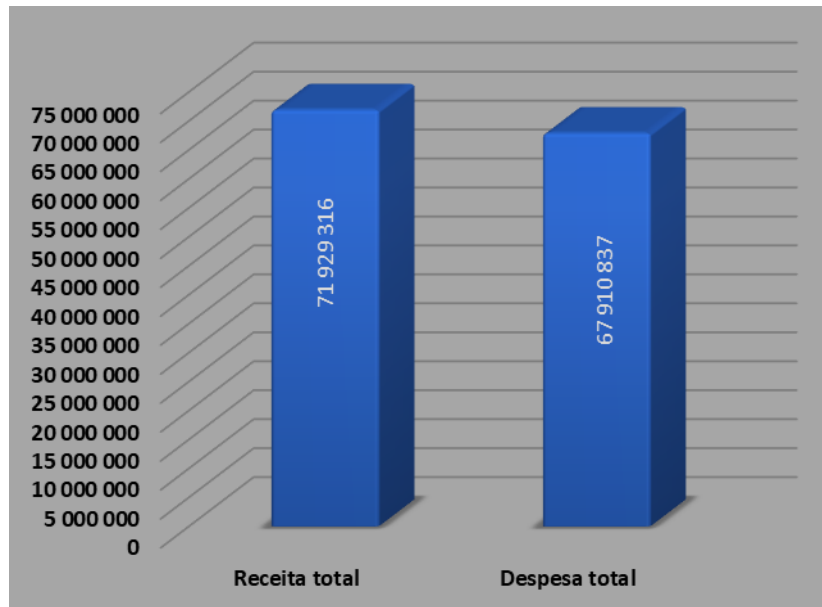


Gráfico n.º 3 - Receita corrente vs Despesa corrente

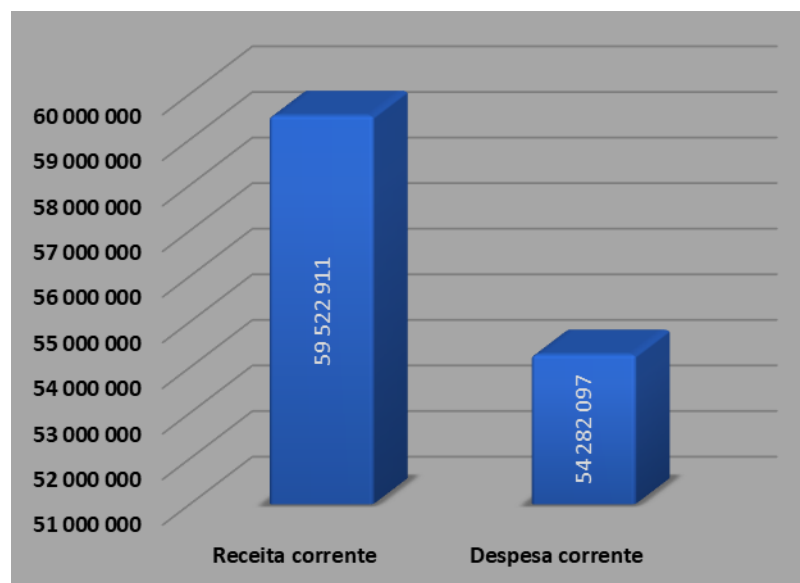
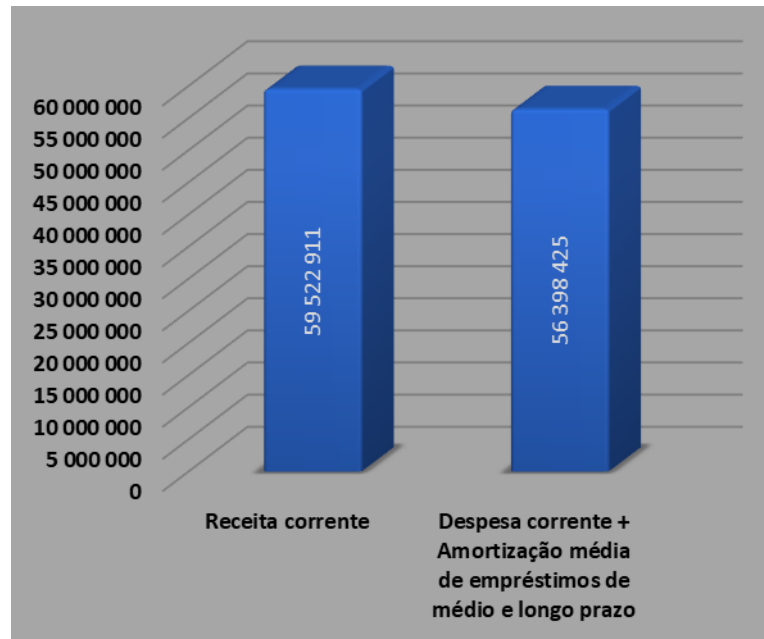


Gráfico n.º 4 - Equilíbrio orçamental



### III.2 – Desempenho Orçamental

Quadro n.º 3 - Demonstração do desempenho orçamental

Unid: Euros

Demonstração do desempenho orçamental			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	4 114 060	Despesas orçamentais	67 910 837
Execução orçamental	2 449 349	Correntes	54 282 097
Operações de tesouraria	1 664 711	Capital	13 628 740
<b>Receitas orçamentais</b>	<b>69 479 966</b>	<b>Operações de tesouraria</b>	<b>198 902</b>
Correntes	59 522 911		
Capital	9 945 884		
Outras	11 172		
		<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>5 713 089</b>
		Execução orçamental	4 018 478
<b>Operações de tesouraria</b>	<b>228 801</b>	Operações de tesouraria	1 694 610
<b>Total</b>	<b>73 822 828</b>	<b>Total</b>	<b>73 822 828</b>

O mapa do desempenho orçamental discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria.



No ano de 2023, as receitas cobradas, totalizam 69.479.966 €, adicionando a este valor o saldo da execução orçamental do ano anterior (2.449.349 €) deduzindo dos pagamentos efetuados em 2023 (67.910.837 €) transita, como saldo da execução orçamental para a gerência seguinte, o montante de 4.018.478 €.

As receitas orçamentais correntes, superaram em 9,65 % as despesas correntes.

O saldo global da gerência a transitar para 2024 é de 5.713.089 € correspondendo a 4.018.478 € de operações orçamentais e 1.694.610 € de operações de tesouraria, sendo superior em 38,87 % ao verificado no ano anterior.

### III.3 – Receita

#### III.3.1 – Evolução da receita

**Quadro n.º 4 - Receita total**

Unid: Euros

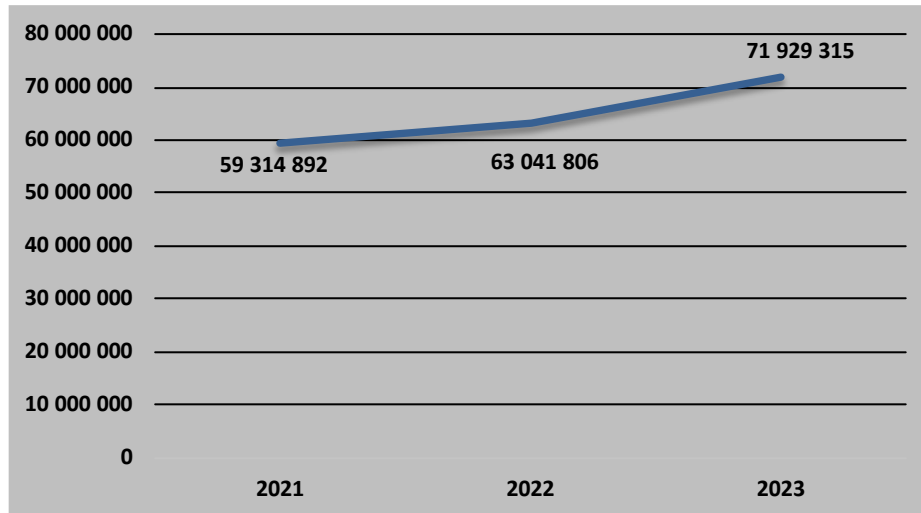
Descrição	2021	2022 (1)	2023			Tx. Cresc. (3/1)-1
			Previsão (2)	Cobrança (3)	Tx. Exec. (3/2)	
Receita corrente	43 613 615	54 502 974	62 755 960	59 522 911	94,85%	9,21%
Receita de capital	10 644 233	7 124 664	18 314 855	9 945 884	54,31%	39,60%
Outras receitas	265	51 850	1 000	11 172	1117,21%	-78,45%
Saldo gerência ano anterior	5 056 780	1 362 319	2 449 349	2 449 349	100,00%	79,79%
<b>Total geral</b>	<b>59 314 892</b>	<b>63 041 806</b>	<b>83 521 164</b>	<b>71 929 315</b>	<b>86,12%</b>	<b>14,10%</b>
<b>Total s/ Saldo gerência</b>	<b>54 258 113</b>	<b>61 679 488</b>	<b>81 071 815</b>	<b>69 479 967</b>	<b>85,70%</b>	<b>12,65%</b>

No final de 2023, a receita total do Município do Barreiro, apresenta um aumento de 14,10 % o que, em valor absoluto, se traduz num acréscimo de 8.887.509 € face ao valor recebido em 2022.

As receitas correntes aumentaram 9,21 % face ao ano anterior enquanto as de capital cresceram 39,60 % face ao mesmo período de análise.

Em termos absolutos, estes valores representam um aumento de 5.019.937 € nas correntes e de 2.821.220 € nas de capital, enquanto o saldo de gerência aumentou 1.087.030 €.

Gráfico n.º 5 - Evolução da receita total

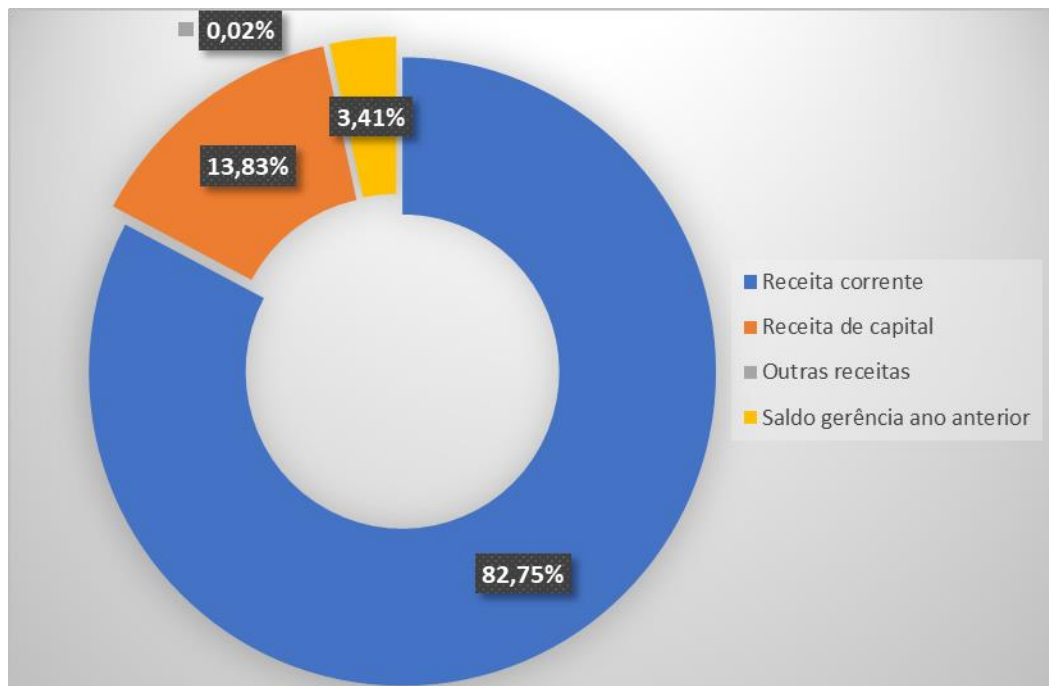


Quadro n.º 5 - Composição da receita por rúbricas

Unid: Euros

Descrição	2021	2022	2023			Tx. Cresc.
			Previsão	Cobrança	Tx. Exec.	
			(2)	(3)	(3/2)	
		(1)	(2)	(3)	(3/2)	(3/1)-1
Impostos Directos	16 520 292	17 377 468	17 138 570	17 515 830	102,20%	0,80%
Impostos Indirectos					0,00%	0,00%
Tx, Multas e O. Penalidades	4 790 665	6 608 794	8 877 350	8 330 844	93,84%	26,06%
Rendimentos de Propriedade	200 878	21 832	391 892	225 861	57,63%	934,52%
Transferências Correntes	13 174 800	21 596 016	25 947 573	23 989 467	92,45%	11,08%
Venda de Bens e Serviços	8 894 283	8 872 804	9 998 125	9 337 604	93,39%	5,24%
Outras Receitas Correntes	32 696	26 059	402 450	123 305	30,64%	373,17%
<b>Sub - total corrente</b>	<b>43 613 615</b>	<b>54 502 974</b>	<b>62 755 960</b>	<b>59 522 911</b>	<b>94,85%</b>	<b>9,21%</b>
Venda de Bens de Investimento	17 325	11 500	222 615	216 825	97,40%	1785,43%
Transferências de Capital	5 529 147	5 768 606	12 222 191	7 445 150	60,92%	29,06%
Ativos Financeiros	105 000		2 517 652		0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	4 855 704	1 344 558	3 347 397	2 283 909	68,23%	69,86%
Outras Receitas de Capital	137 057		5 000		0,00%	100,00%
<b>Sub - total capital</b>	<b>10 644 233</b>	<b>7 124 664</b>	<b>18 314 855</b>	<b>9 945 884</b>	<b>54,31%</b>	<b>39,60%</b>
Reposições não Ab. Pagamentos	265	51 850	1 000	11 172	1117,21%	-78,45%
Saldo da Gerência Anterior	5 056 780	1 362 319	2 449 349	2 449 349	100,00%	79,79%
<b>Total geral</b>	<b>59 314 892</b>	<b>63 041 806</b>	<b>83 521 164</b>	<b>71 929 315</b>	<b>86,12%</b>	<b>14,10%</b>

**Gráfico n.º 6 - Composição da receita total**



Conforme atrás descrito, a receita corrente, aumentou 9,21 % face ao ano anterior, i.é, 5.019.937 € em termos absolutos, tendo atingindo uma execução de 94,85 %.

**Gráfico n.º 7 - Evolução da receita corrente**

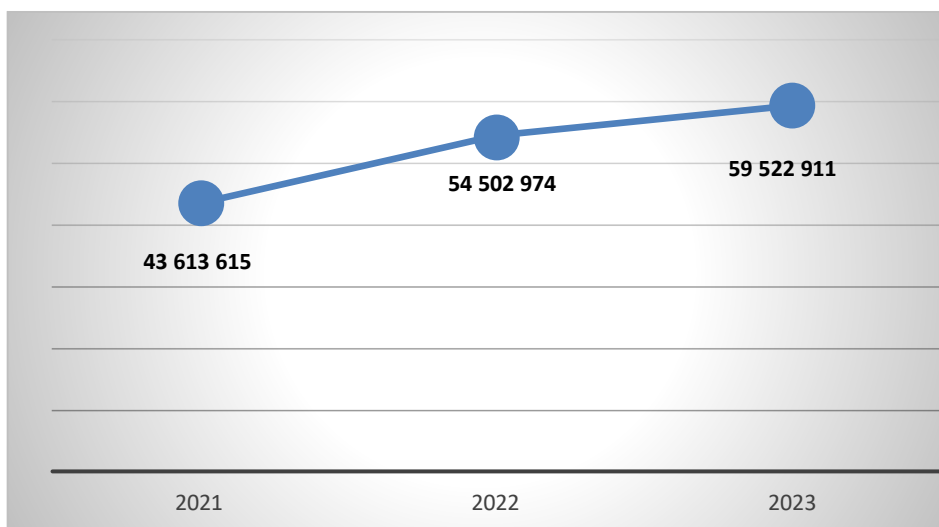
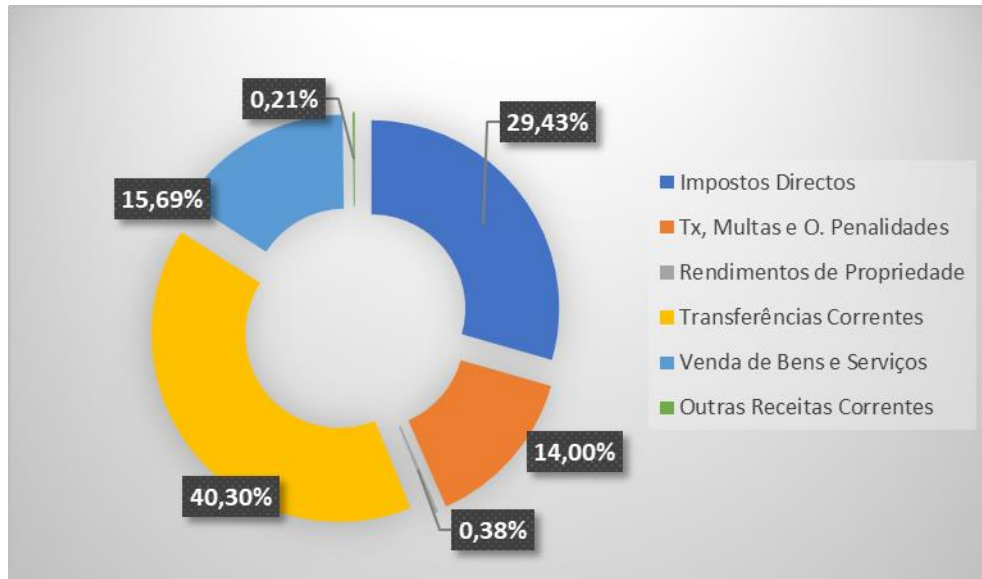


Gráfico n.º 8 - Composição da receita corrente



Os impostos directos, que representam 24,35 % do total do Orçamento, apresentavam uma execução de 102,20 % e um total de 17.515.830 €, traduzindo um aumento de 138.361 € face ao período homólogo de 2022, o que equivale a um acréscimo de 0,80%. As variações positivas desta rubrica, verifica-se no IMI que apresenta um aumento de 1.884 €, enquanto a Derrama acresce em 16.063 €. O IUC apresenta um aumento de 101.367 €.

O I.M.T. apresenta um acréscimo de 18.881 €.

### Quadro n.º 6 - Evolução dos impostos diretos

Unid: Euros

Descrição	2021	2022 (1)	2023			Tx. Cresc. (3/1)-1
			Previsão	Cobrança	Tx. Exec.	
			(2)	(3)	(3/2)	
IMI	10 369 167	10 389 744	10 635 000	10 391 628	97,71%	0,02%
IUC	1 628 070	1 711 611	1 648 300	1 812 979	109,99%	5,92%
IMT	4 026 073	4 513 785	4 300 000	4 532 666	105,41%	0,42%
Derrama	496 982	761 493	555 070	777 556	140,08%	2,11%
Impostos abolidos	0	835	200	1 000	500,14%	100,00%
<b>Total geral</b>	<b>16 520 292</b>	<b>17 377 468</b>	<b>17 138 570</b>	<b>17 515 830</b>	<b>102,20%</b>	<b>0,80%</b>

13

### Gráfico n.º 9 - Evolução dos impostos diretos

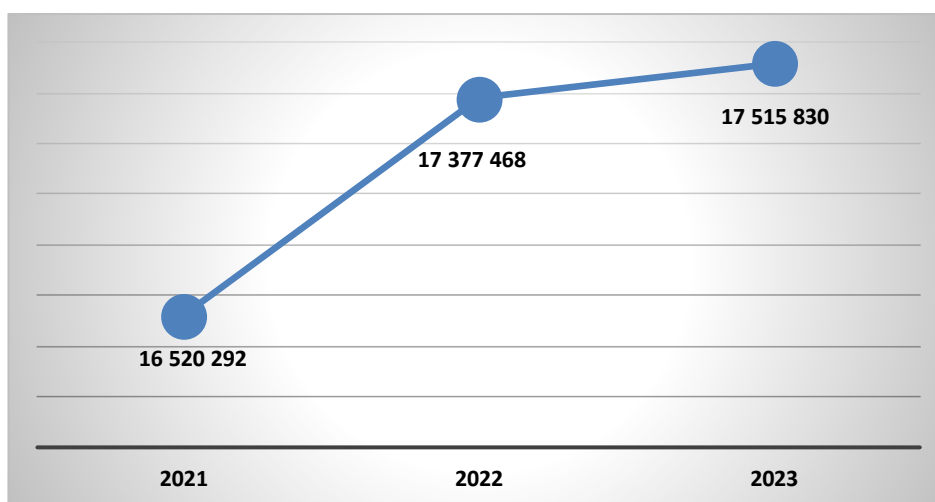
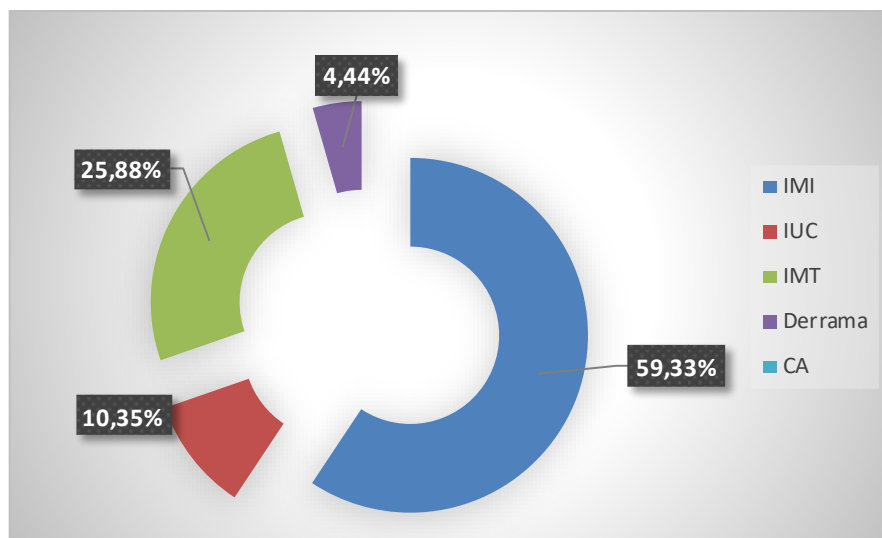


Gráfico n.º 10 - Composição dos impostos diretos



As taxas, multas e outras penalidades apresentavam um aumento de 1.722.050 € ou seja, 26,06 % face ao final de 2022.

Este aumento é fortemente influenciado pela taxa de ocupação do subsolo paga pela Setgás que originou um aumento de 1.272.238 € nesta rubrica.

Para além desta, também a rubrica de Mercados e Feiras apresenta um acréscimo de aproximadamente 100.000 € derivado das hastas públicas para concessão das bancas dos mercados municipais, nomeadamente o Mercado 1.º de Maio.

Os Loteamentos e Obras e as Taxas de Construção aumentam 220.000 € e 248.153 € respetivamente.

As transferências correntes registavam um aumento global de 2.393.451 €.

Este aumento, deve-se às transferências recebidas no âmbito do processo de descentralização nas áreas da educação, ação social e educação, que face a 2022, ascenderam 3.251.261 € e às transferências provenientes do Orçamento de Estado que aumentaram 1.113.350 € em relação ao ano anterior.

A grande redução nesta rubrica verifica-se nas outras transferências, uma vez que, em 2022 foi recebida a verba referente aos montantes em dívida do FSM o que já não se verificou em 2023.

Os rendimentos de propriedade, acrescem 204.029 €, por via do pagamento dos juros por parte dos SMTCB referentes ao empréstimo para aquisição dos 60 autocarros.

A venda de bens apresentava uma execução de 3.390.779, isto é, 82,75 % do orçamentado e uma redução de 5,42 % face ao período homólogo de 2022, enquanto a prestação de serviços e rendas, com uma execução de 5.946.826 €, ou seja, 100,79 % do orçamentado traduzia um aumento de 12,47 % face ao final de 2022.

**Gráfico n.º 11 - Evolução da receita de capital**

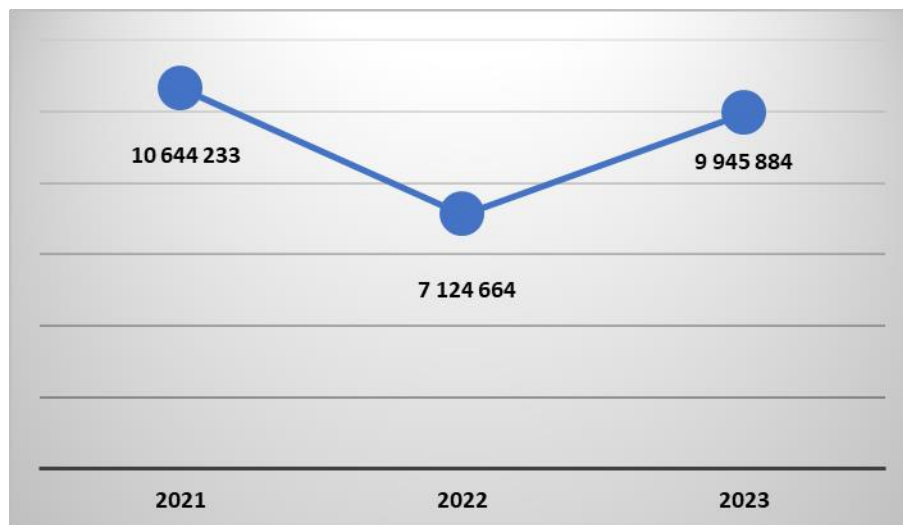
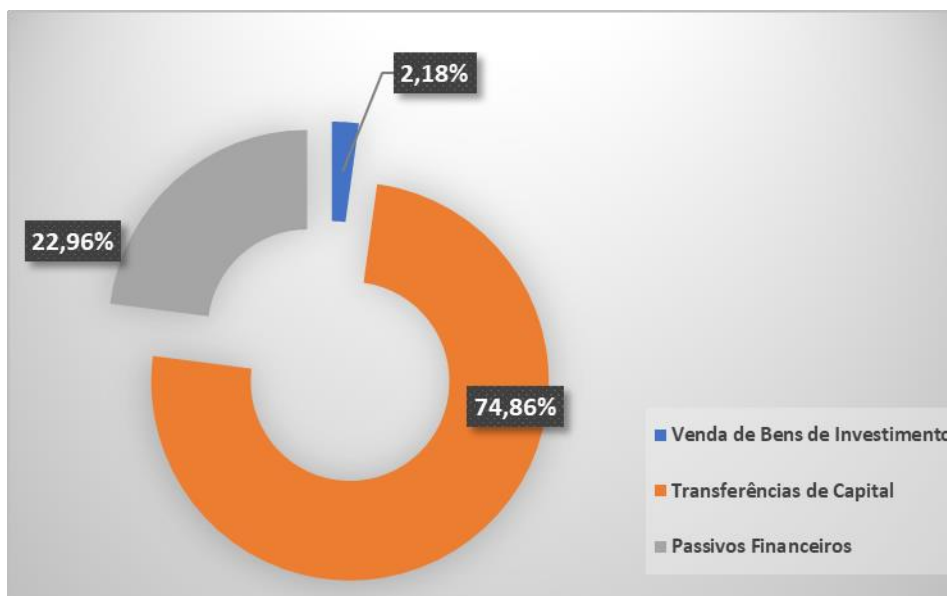


Gráfico n.º 12 - Composição da receita de capital



As receitas de capital registavam uma execução de 54,31 % do seu valor previsional, ou seja, 9.957.056 €. Este valor é superior em 2.780.542 € face ao recebido até ao final de 2022.

Nesta componente, o maior aumento verifica-se na rubrica dos Fundos Comunitários, por via do recebimento do saldo final e aumento da comparticipação da obra da empreitada da Rede Ciclável e pedonal da Av. da Liberdade e do Barreiro A nos montantes de 1.099.541 € e 265.505 €, para além dos adiantamentos para os projetos das Comunidades Desfavorecidas, Bairro Alves Redol e Centro de Saúde do Alto Seixalinho / Escavadeira no total de 1.993.172 €.

Foi ainda recebido o montante de 1.770.730 € referente à comparticipação do IHRU para a aquisição de habitação.

Os passivos financeiros aumentam 939.351 €, em parte, pela utilização de 1.125.000 € do empréstimo de curto prazo e pela utilização de 1.158.909 € de empréstimos de médio e longo prazo contratualizados, nomeadamente, 78.843 € referente ao empréstimo para o Barreiro Velho, 382.611 € para o armazém de víveres e 697.454 para reabilitação do moinho de maré de Alburrica.



### III.3.2 – Indicadores orçamentais da receita

Composição da Receita	2022	2023
Receita Corrente / Receita Total	86,46%	82,75%
Receita Capital / Receita Total	11,30%	13,83%

A receita corrente diminuiu ligeiramente o seu peso na receita total do Município, enquanto a de capital decresce por via do acima descrito.

Peso das Principais Rubricas da Receita na Receita Total	2022	2023
IM.I. / Receita Total	16,48%	14,45%
I.U.C. / Receita Total	2,72%	2,52%
Derrama / Receita Total	1,21%	1,08%
I.M.T. / Receita Total	7,16%	6,30%
Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receita Total	10,48%	11,58%
O.E. (Total) / Receita Total	20,93%	20,55%
Transferências correntes / Receita Total	34,26%	33,35%
Venda Bens e Serviços / Receita Total	14,07%	12,98%
Fundos Comunitarios (Total) / Receita Total	4,36%	8,65%

Os impostos diretos diminuem ligeiramente o peso que sobre a receita total do Município, assim como, as transferências correntes e a venda de bens e prestação de serviços..

As taxas, multas e outras penalidades e os fundos comunitários, aumentam, ligeiramente o seu peso no total da receita.

### III.4 - Despesa

#### III.4.1 – Evolução da despesa

**Quadro n.º 7 - Despesa total**

Unid: Euros

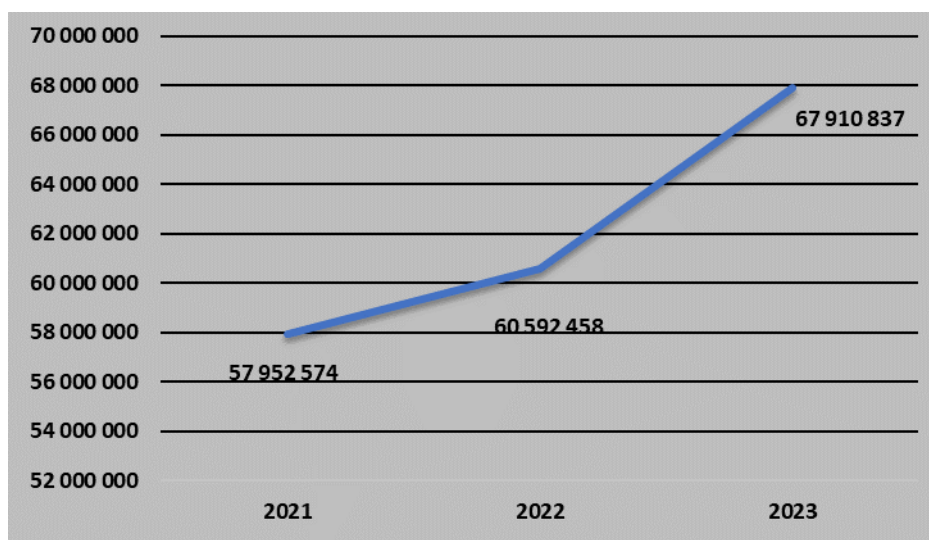
Descrição	2021	2022 (1)	2023			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
			Dotação (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)		
Despesa corrente	35 243 213	45 042 896	59 678 506	58 324 903	54 282 097	90,96%	20,51%
Despesa de capital	22 709 360	15 549 562	23 842 658	22 384 347	13 628 740	57,16%	-12,35%
<b>Total geral</b>	<b>57 952 574</b>	<b>60 592 458</b>	<b>83 521 164</b>	<b>80 709 250</b>	<b>67 910 837</b>	<b>81,31%</b>	<b>12,08%</b>

18

Os pagamentos no final de dezembro de 2023 apresentavam um acréscimo de 12,08 % face a igual período do ano anterior o que, em termos absolutos, equivale a um aumento 7.318.379 €.

A despesa corrente aumentou 20,51 %, ou seja, 9.239.201 € face a 2022 enquanto as de capital decresceram 12,35 %, isto é, 1.920.822 € em termos absolutos, em relação ao final do ano anterior.

**Gráfico n.º 13 - Evolução da despesa total**



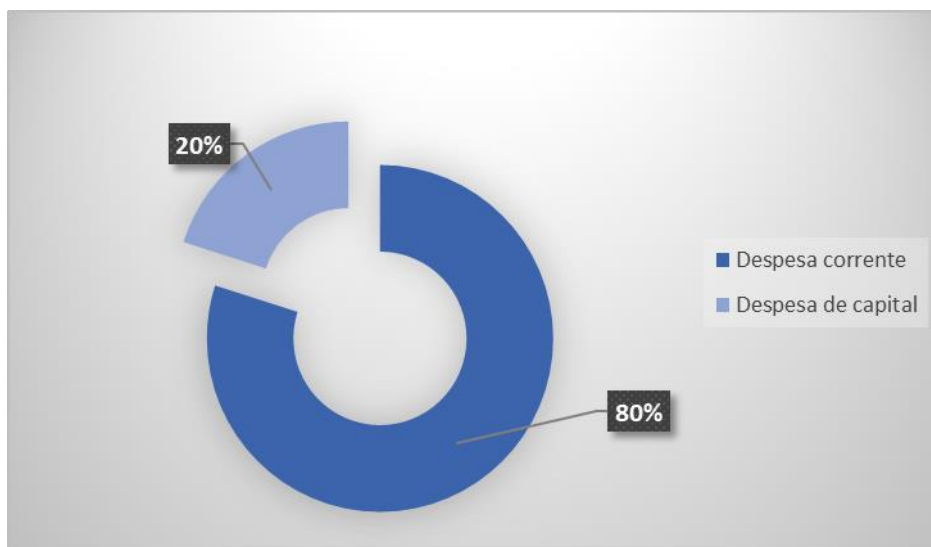
### Quadro n.º 8 - Composição da despesa por rúbricas

Unid: Euros

Descrição	2021	2022 (1)	2023			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
			Dotação (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)		
Pessoal	18 622 003	23 308 614	28 174 718	28 059 352	27 689 974	98,28%	18,80%
Aquisição de bens e serviços	12 209 835	16 285 770	23 921 549	22 833 389	19 247 553	80,46%	18,19%
Encargos financeiros	269 095	243 760	698 565	687 432	661 377	94,68%	171,32%
Transferências correntes	4 002 965	5 095 319	6 718 999	6 585 983	6 577 403	97,89%	29,09%
Outras despesas correntes	139 316	109 433	164 675	158 747	105 789	64,24%	-3,33%
<b>Sub - total corrente</b>	<b>35 243 213</b>	<b>45 042 896</b>	<b>59 678 506</b>	<b>58 324 903</b>	<b>54 282 097</b>	<b>90,96%</b>	<b>20,51%</b>
Aquisição de bens de capital	17 188 796	10 323 534	19 304 808	17 848 277	9 092 677	47,10%	-11,92%
Transferências de capital	1 142 955	1 003 410	762 075	761 146	761 146	99,88%	-24,14%
Ativos financeiros						0,00%	0,00%
Passivos financeiros	4 377 609	4 222 618	3 775 775	3 774 924	3 774 918	99,98%	-10,60%
Outras despesas de capital						0,00%	0,00%
<b>Sub - total capital</b>	<b>22 709 360</b>	<b>15 549 562</b>	<b>23 842 658</b>	<b>22 384 347</b>	<b>13 628 740</b>	<b>57,16%</b>	<b>-12,35%</b>
<b>Total geral</b>	<b>57 952 574</b>	<b>60 592 458</b>	<b>83 521 164</b>	<b>80 709 250</b>	<b>67 910 837</b>	<b>81,31%</b>	<b>12,08%</b>

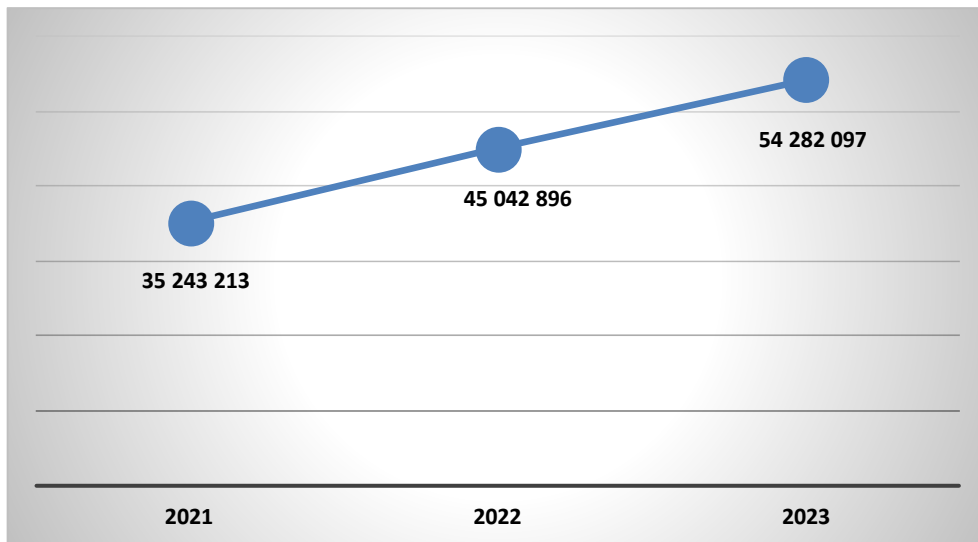
19

### Gráfico n.º 14 - Composição da despesa total

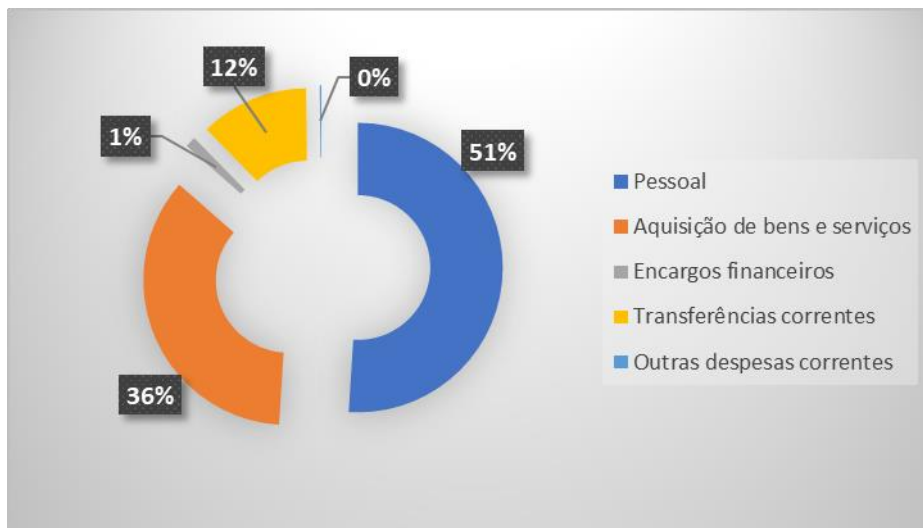


Conforme já referido, a despesa corrente aumenta 20,51 % face a 2022 o que em termos absolutos, representa 9.239.201 €.

**Gráfico n.º 15 - Evolução da despesa corrente**



**Gráfico n.º 16 - Composição da despesa corrente**



As despesas com pessoal com uma execução de 98,28 % do valor orçamentado, apresentam um aumento de 18,80 %, equivalente a 4.381.361 € face a igual período do ano anterior.

As despesas com pessoal do quadro aumentaram 3.170.724 € face a 2022 enquanto as despesas com pessoal fora do quadro diminuíram 34.846 €. Os outros pagamentos acrescem 1.245.482 € face ao ano anterior.

Estes aumentos, refletem, o aumento derivado da transferência de competências na área da educação que, na sua globalidade (encargos incluídos) ascenderam a 2.455.507 €.

Os restantes aumentos são justificados por via dos aumentos salariais, progressões das carreiras e consequentes encargos daí derivados.

### Quadro n.º 9 - Evolução despesas com pessoal

21

Unid: Euros

Anos	Designação	Pessoal do Quadro	Pessoal Fora do Quadro	Outros Pagamentos	Total
2021		12 030 674	1 548 313	5 043 016	18 622 003
2022		16 038 638	1 328 146	5 941 830	23 308 614
2023		19 209 362	1 293 300	7 187 312	27 689 974
<b>Evolução 2022 / 2023</b>		<b>3 170 724</b>	<b>-34 846</b>	<b>1 245 482</b>	<b>4 381 361</b>

Pessoal do Quadro 2023  
 19 209 362  
 \_\_\_\_\_ = 32,27%

Receita Corrente 2023  
 59 522 911

Pessoal Fora do Quadro 2023  
 1 293 300  
 \_\_\_\_\_ = 6,73%

Pessoal do Quadro 2023  
 19 209 362

Pessoal Fora do Quadro 2023  
 1 293 300  
 \_\_\_\_\_ = 2,17%

Receita Corrente 2023  
 59 522 911

Encargos Totais 2023  
 27 689 974  
 \_\_\_\_\_ = 46,52%

Receita Corrente 2023  
 59 522 911



Com base nestes indicadores, verifica-se que as despesas com pessoal do quadro representam 32,27 % face à receita corrente cobrada em 2023 e que a despesa total com pessoal é de 46,52 % da receita corrente.

A aquisição de bens e serviços, apresentaram um aumento de 18,19 % face a 2022 o que em termos absolutos equivale a 2.961.783 €.

Deste montante 215.504 € refere-se a aquisição de bens dos quais 80.300 € referente ao consumo de gasóleo e 57.537 € a consumo de gás nas escolas.

A prestação de serviços acresce e 2.742.279 € referente a prestações de serviços.

O aumento do valor das prestações de serviços, deve-se, em grande parte aos pagamentos efetuados à Amarsul, com um aumento de 340.949 €, à Rede Ambiente com um aumento de 569.050 € e às Coletividades do Concelho no âmbito do projeto das Comunidades Desfavorecidas, no valor de 390.617 €.

Os encargos financeiros, aumentaram 171,32 % face a 2022, i.é, 417.617 €, por via dos sucessivos aumentos das taxas de juro.

As transferências correntes apresentam um acréscimo de 29,09 % face ao final de 2022 o que em termos absolutos equivale a um aumento de 1.482.084 €.

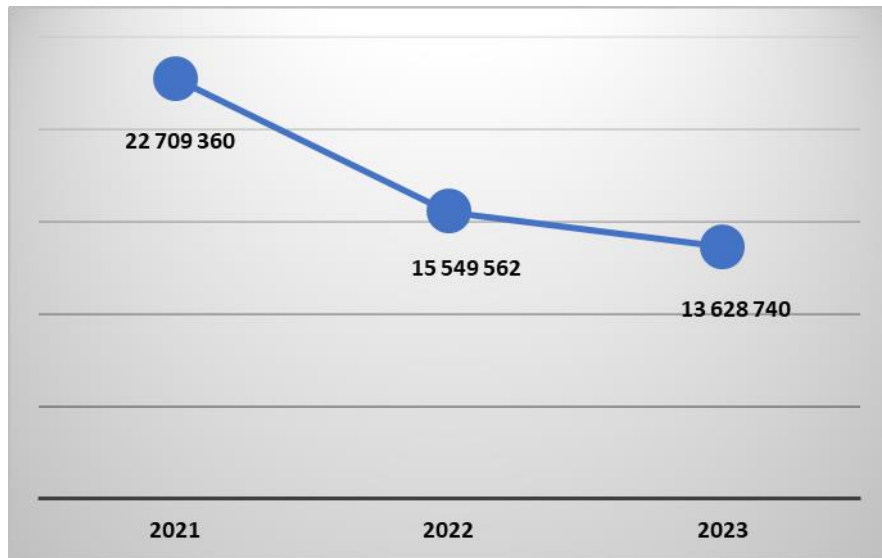
As transferências para as escolas aumentaram 590.975 €, enquanto para os clubes coletividades e outras entidades, cresceram em 628.446 €. Destas, 430.771 € foram atribuídas no âmbito do processo de transferências de competências da ação social, nomeadamente no RSI.

As Uniões de Freguesia e junta de Santo António, tiveram um aumento global de 260.637 €.

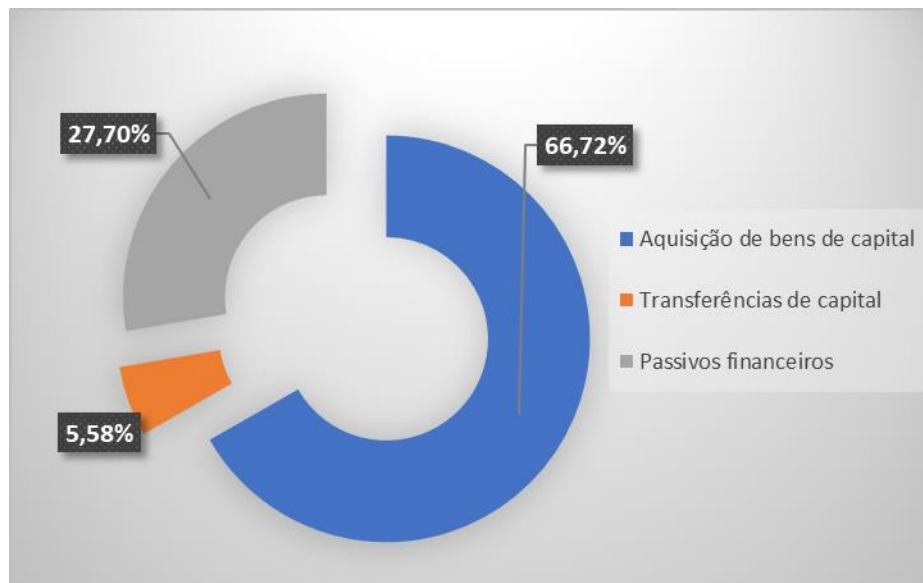
As outras despesas correntes, apresentam um decréscimo de 3,33 % face ao final de 2022, o que em termos absolutos se traduz em – 3.644 €.

As despesas de capital, apresentam uma diminuição de 12,35 % face a 2022, o que equivale a um decréscimo de 1.920.822 €.

**Gráfico n.º 17 - Evolução das despesas de capital**



**Gráfico n.º 18 - Composição das despesas de capital**



A aquisição de bens de capital apresenta uma diminuição de 11,92 % face ao final do ano de 2022. Em termos absolutos, este valor, equivale a uma redução de 1.230.857 €.

As transferências de capital, registam uma redução de 24,14 %, o que equivale a um decréscimo de 242.264 € em valores absolutos.

Os passivos financeiros, apresentam uma diminuição de 447.701 €, por via da amortização de 2 empréstimos de médio e longo prazo em 2022.

### III.4.2 – Indicadores orçamentais da despesa

Composição da Despesa	2022	2023
Despesa Corrente / Despesa Total	74,34%	79,93%
Despesa Capital / Despesa Total	25,66%	20,07%

24

Estes rácios indicam que o peso da despesa corrente na despesa total do Município aumentou face ao ano anterior.

Estrutura da Despesa Corrente	2022	2023
Pessoal / Despesa Corrente	51,75%	51,01%
Aquisição de bens e serviços / Despesa Corrente	36,16%	35,46%
Transferências Correntes / Despesa Corrente	11,31%	12,12%
Encargos Financeiros / Despesa Corrente	0,54%	1,22%
Outras despesas / Despesa Corrente	0,24%	0,19%

Não se registam alterações significativas no peso de cada uma das diferentes componentes da despesa corrente no total da mesma.



<b>Estrutura da Despesa Capital</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Aquisição de bens de capital / Despesa Capital	66,39%	66,72%
Transferências de Capital / Despesa Capital	6,45%	5,58%
Passivos Financeiros / Despesa Capital	27,16%	27,70%

Pela análise aos rácios, verifica-se uma diminuição do peso da aquisição de bens de capital e um aumento dos passivos financeiros.

<b>Peso das Principais Rubricas da Despesa na Despesa Total</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Pessoal / Despesa Total	38,47%	40,77%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	26,88%	28,34%
Transferências Correntes / Despesa Total	8,41%	9,69%
Enc. Financeiros + Passivos Financeiros / Despesa Total	7,37%	6,53%
Aquisição de bens de capital / Despesa Total	17,04%	13,39%
Transferências Capital / Despesa Total	1,66%	1,12%

Verifica-se um aumento do peso das despesas com pessoal pelos motivos acima expostos e da aquisição de bens e serviços.

#### IV – Análise às grandes opções do plano

As grandes opções do plano (G.O.P.) são constituídas pelo plano plurianual de investimentos (P.P.I.) e pelas ações mais relevantes (A.M.R.).

Em 2023 a dotação global das G.O.P. foi de 42.540.006 € o que corresponde a 50,88 % da dotação global do orçamento, sendo a sua execução de 70,67 %, apresentando um acréscimo de 12,48 % face a 2022.

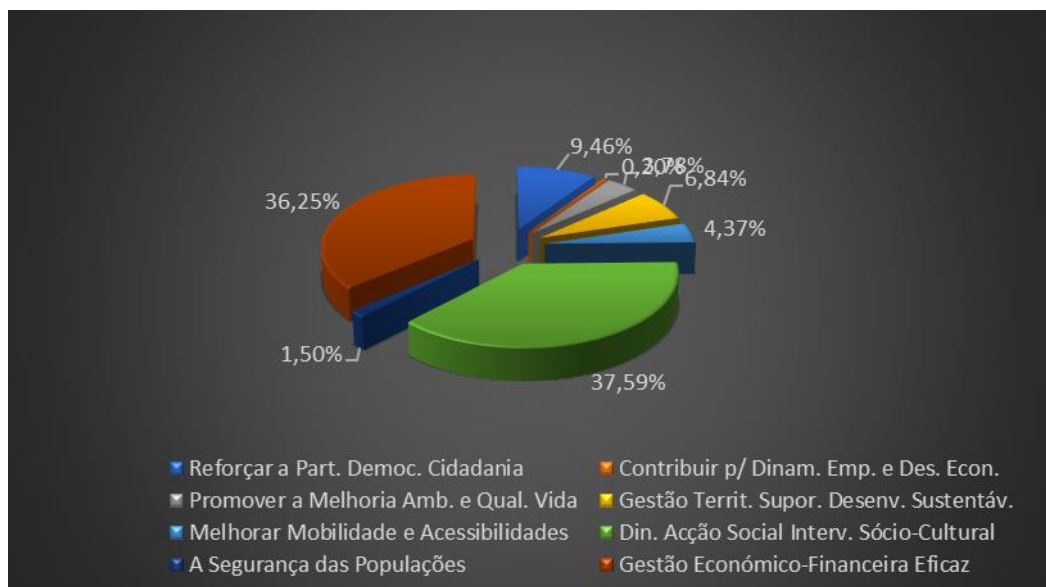
#### Quadro n.º 10 - Execução das grandes opções do plano

26

Unid: Euros

Designação	G.O.P.		P.P.I.	A.M.R.
	Realização	Execução	Realização	Realização
01 Reforçar a Part. Democ. Cidadania	2 843 317,20	97,93%	697 641,58	2 145 675,62
02 Contribuir p/ Dinam. Emp. e Des. Econ.	59 961,80	68,75%	472,32	59 489,48
03 Promover a Melhoria Amb. e Qual. Vida	1 137 269,68	27,07%	1 080 171,89	57 097,79
04 Gestão Territ. Supor. Desenv. Sustentáv.	2 057 047,34	88,66%	2 057 047,34	
05 Melhorar Mobilidade e Acessibilidades	1 313 309,68	54,55%	313 309,68	1 000 000,00
06 Din. Acção Social Interv. Sócio-Cultural	11 300 627,07	107,02%	3 168 187,52	8 132 439,55
07 A Segurança das Populações	452 142,40	97,97%		452 142,40
08 Gestão Económico-Financeira Eficaz	10 897 305,99	97,13%	1 775 846,21	9 121 459,78
<b>Total</b>	<b>30 060 981,16</b>	<b>88,00%</b>	<b>9 092 676,54</b>	<b>20 968 304,62</b>

**Gráfico n.º 19 - Composição das GOP por objetivos**



O objetivo com maior peso nas grandes opções do plano é o objetivo 06 – Dinamização ação social e intervenção sócio – cultural com uma execução de 69,15 % e um peso de 37,59 % no total das Grandes Opções do Plano.

No entanto, importa destacar, igualmente, objetivo 08 – Gestão económico-financeira mais eficaz com 36,25 %, com maior peso ao nível das atividades mais relevantes, uma vez que inclui, para além dos encargos com empréstimos, a eletricidade, seguros, limpeza, entre outros custos.

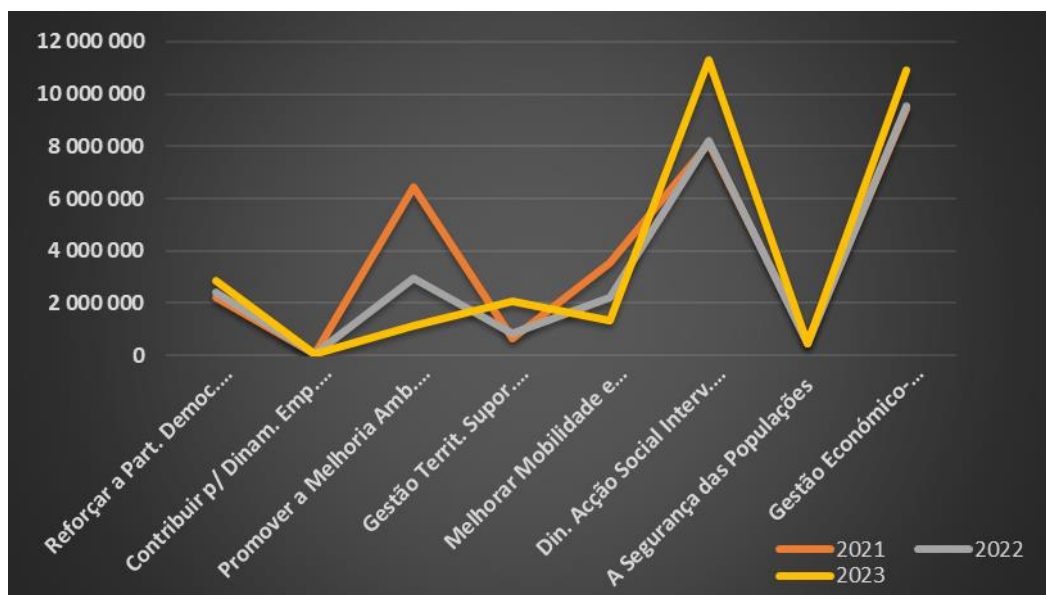
Pela dimensão que apresenta, importa destacar o objetivo 05 – Melhorar a mobilidade e as acessibilidades, com uma taxa de execução de 75,85 %, o objetivo 03 – Promover a melhoria ambiental e a qualidade de vida com 56,23 % de execução e o objetivo 01 – Reforçar a participação, democracia e cidadania com uma execução de 80,58 %.

### Quadro n.º 11 - Evolução das grandes opções do plano

Unid: Euros

Designação	2021	2022	2023	Crescimento 2022 / 2023	
				Valor	%
01 Reforçar a Part. Democ. Cidadania	2 197 297	2 431 311	2 843 317	412 006	16,95%
02 Contribuir p/ Dinam. Emp. e Des. Econ.	39 804	44 848	59 962	15 113	33,70%
03 Promover a Melhoria Amb. e Qual. Vida	6 448 936	2 959 338	1 137 270	-1 822 068	-61,57%
04 Gestão Territ. Supor. Desenv. Sustentáv.	652 813	866 771	2 057 047	1 190 277	137,32%
05 Melhorar Mobilidade e Acessibilidades	3 551 624	2 215 946	1 313 310	-902 636	-40,73%
06 Din. Acção Social Interv. Sócio-Cultural	8 132 974	8 204 018	11 300 627	3 096 609	37,75%
07 A Segurança das Populações	530 590	460 680	452 142	-8 538	-1,85%
08 Gestão Económico-Financeira Eficaz	9 462 674	9 542 448	10 897 306	1 354 858	14,20%
<b>Total</b>	<b>31 016 714</b>	<b>26 725 359</b>	<b>30 060 981</b>	<b>3 335 622</b>	<b>12,48%</b>

### Gráfico n.º 20 - Evolução das grandes opções do plano





Em 2023, as Grandes Opções do Plano, registam um aumento de 3.335.622 € isto é, 12,48 %, face ao ano anterior.

O objetivo (08) – Gestão económico – financeira mais eficaz, com uma execução de 84,28 % do seu orçamento, apresenta um aumento de 14,20 % face a 2022, em parte, por via do pagamento das amortizações dos empréstimos contratados, assim como, dos contratos de seguros, limpeza e da aquisição das novas instalações operacionais.

O objetivo (03) – Promover a melhoria ambiental e qualidade de vida, apresenta uma execução de 56,23 %. Este objetivo apresenta uma redução de 61,57 % face ao ano anterior, em função da conclusão em 2022 da empreitada do Edifício do Café Barreiro que, teve pagamentos nesse ano no montante de 1.285.795 €.

O objetivo (06) – Dinamizar a ação social e a intervenção sócio -cultural com uma execução de 69,15 % e um acréscimo de 37,59 % face a 2022, reflete, para além do investimento efetuado no parque escolar do Concelho, na cultura, desporto, ação social e associativismo, as transferências efetuadas no âmbito do processo de transferência de competências na área da educação, ação social e saúde.

Acresce ainda neste objetivo, todas as ações no âmbito do PRR, nomeadamente, USF do Alto Seixalinho, Comunidades Desfavorecidas e Bairros Alves Redol, para além da aquisição de habitações ao abrigo do 1.º direito.

O objetivo (05) – Melhorar a mobilidade e as acessibilidades, com uma execução de 75,85 %, apresenta uma redução de 40,73 %, uma vez que, em 2022 ainda foram efetuados pagamentos da empreitada da requalificação da Av. da Liberdade.

## **V – Análise da situação Económico – Financeira**

A presente análise tem por objetivo dar a conhecer os resultados alcançados pelo Município do Barreiro no exercício de 2023 bem como, a sua situação económica e financeira no mesmo período.

Para o efeito, foram tidos em consideração o balanço e a demonstração de resultados líquidos em 31 de dezembro de 2023 e a respetiva comparação com o exercício de 2022.

Serão ainda elaborados alguns rácios de apoio à gestão de modo a tornar a análise interpretativa, dos elementos apresentados, mais perceptível.

### **V.1 – Análise económica**

#### **V.1.1 – Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)**

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, positivos no montante de 8.445.248,98 € superam os do ano de 2022 que ascenderam a 4.517.558,35 €.

A sua variação positiva, foi de 86,94 %, ou seja, um acréscimo de 3.927.690,63 €.

#### **V.1.2 – Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento) (EBIT)**

Os resultados antes de gastos de financiamento em 2023 são positivos, no montante de 2.764.854,28 €. Em 2022 foram negativos no valor de 747.526,46 €.

O seu aumento foi de 470,69 %.

Em relação aos Gastos as maiores variações ocorreram nos Fornecimentos e Serviços Externos que cresceram 2.886.890 €, equivalente a 13,09 %.

Nesta rubrica, importa realçar o aumento verificado nos custos com refeições escolares no valor de 967.498 €, em parte derivado do assumir de todos os refeitórios de todos os estabelecimentos de ensino por via da descentralização, mas igualmente, pelo próprio aumento do custo da refeição.

A recolha e tratamento de resíduos sólidos aumenta 1.045.135 €, em grande parte, devido ao aumento do valor da faturação da Amarsul.

De igual forma, ocorreu um aumento de 390.617,20 € nos trabalhos especializados por via do serviço prestado pelas diversas coletividades no âmbito do projeto das Comunidades Desfavorecidas.



Nos Gastos com Pessoal o seu incremento foi de 3.197.914,59 € ou seja 13,09 %, derivado, essencialmente, do processo de transferência de competências nas áreas da educação, que em 2022 tinha iniciado em abril, assim como, da ação social e saúde.

Este processo, traduz um aumento global de gastos com o pessoal de 2.455.507 €, dos quais 2.275.130 € referente à educação 85.113 à ação social e 95.624 à saúde.

Os restantes aumentos dos gastos com o pessoal derivam dos aumentos salariais e das progressões de carreira.

Nos Gastos com Transferências Concedidas o aumento, foi de 1.202.233,68 € ou seja 19,75 %, em parte, devido, em parte, ao processo de descentralização no âmbito da educação e ação social.

As transferências para as escolas aumentaram 590.975 €, enquanto para os clubes coletividades e outras entidades, acresceram em 628.446 €. Destas, 430.771 € foram atribuídas no âmbito do processo de transferências de competências da ação social, nomeadamente no RSI.

As Uniões de Freguesia e junta de Santo António, tiveram um aumento global de 260.637 €.

Os Gastos Imputados de Entidades Controladas refletem o resultado líquido dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro, assim como da S-Energia.

No caso dos SMTCB, o impacto negativo foi de 603.256,11 €, enquanto a S-Energia, tem um impacto positivo de 13.810,89 €.

Nos Outros Gastos, o montante ascendeu a 1.623.482,12 €, houve um decréscimo de 184.399,12 €.

Refere-se, essencialmente, a 941.287,14 € de taxas, nomeadamente com a cobrança de impostos diretos e outras e 639.382,54 €, referente a correção de estimativas no imposto municipal sobre imóveis e outras correções.

No que se refere aos rendimentos, as maiores oscilações verificaram-se em Impostos, Contribuições e Taxas que aumentaram 3.997.047,94 € o que se traduz em 16,59 %.

Nas Vendas houve uma variação negativa de 1,81 %, cujo valor é - 62.148,95 €.

As Prestações de Serviços aumentaram de 15,98 %, traduzindo-se em 843.976,00 €.



Nas transferências e Subsídios Correntes Obtidos verificou-se um aumento de 17,57 % que se traduz em 3.780.191,92 €, nomeadamente, por via das transferências para fazer face aos custos com o processo de transferências de competências na área da educação e do aumento verificado no Orçamento de Estado.

Nos Outros Rendimentos verificou-se um acréscimo de 2.098.573,38 € ou seja 112,19 %.

Este acréscimo é, em grande parte justificado, pelo aumento dos subsídios e transferências para investimento no montante de 1.712.073 € e pela utilização de 390.617,20 € da verba recebida no âmbito das comunidades desfavorecidas e que foi utilizada para liquidação de igual montante que se encontra refletido nos Fornecimentos e Serviços Externos.

32

### **V.1.3 – Resultados financeiros**

O resultado financeiro foi negativo, ascendendo a 527.202,58 €, o seu decréscimo, face a 2022, foi de 275.178,08 € ou seja 109,19 %.

Os juros e rendimentos similares obtidos totalizaram 345.136,20 € e os juros e gastos similares 872.338,78 €.

Este acréscimo, deve-se, essencialmente, aos aumentos que se foram verificando nas taxas de juro associadas aos empréstimos de médio e longo prazo.

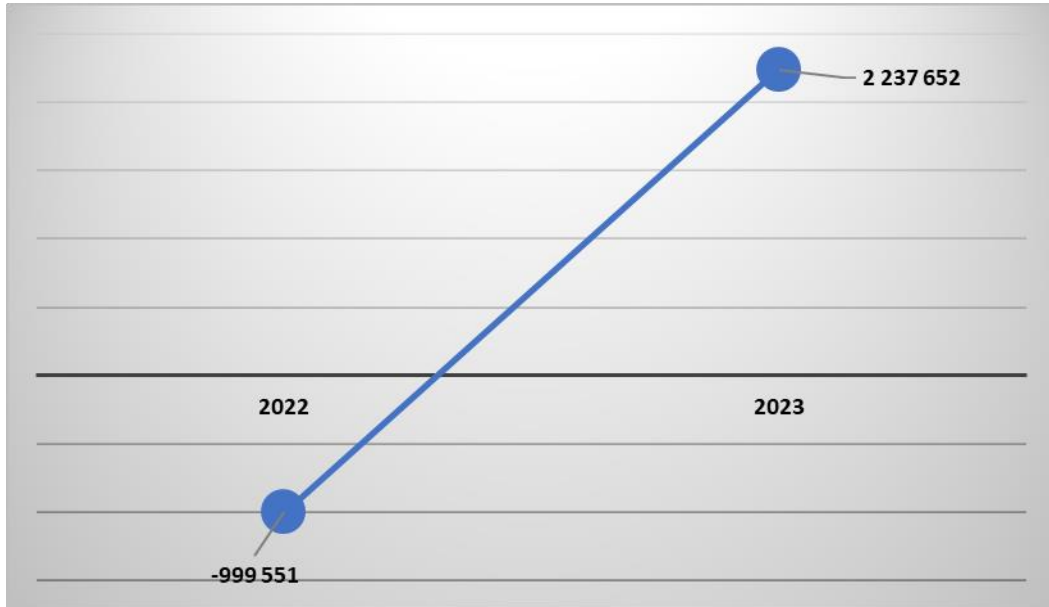
### **V.1.4 – Resultado líquido**

O resultado líquido do período, positivo, foi de 2.237.651,70 €, em relação ao ano de 2022, reflete uma melhoria de 323,87 %.



RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP	
	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	28 088 038,59	24 090 990,65
Vendas	3 362 194,65	3 424 343,60
Prestações de serviços e concessões	6 125 007,77	5 281 031,77
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-589 445,22	-498 861,67
Transferências e subsídios correntes obtidos	25 300 474,31	21 520 282,39
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-345 061,92	-382 270,48
Fornecimentos e serviços externos	-20 989 966,99	-18 103 076,54
Gastos com pessoal	-27 625 117,37	-24 427 202,78
Transferências e subsídios concedidos	-7 289 285,48	-6 087 051,80
Prestações sociais		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	151 007,18	6 588,74
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-88 317,63	-369 964,12
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	3 969 203,21	1 870 629,83
Outros gastos	-1 623 482,12	-1 807 881,24
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>8 445 248,98</b>	<b>4 517 558,35</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 680 394,70	-5 265 084,81
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>2 764 854,28</b>	<b>-747 526,46</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	345 136,20	123 645,69
Juros e gastos similares suportados	-872 338,78	-375 670,19
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 237 651,70</b>	<b>-999 550,96</b>
Imposto sobre o rendimento		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 237 651,70</b>	<b>-999 550,96</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>		
Detentores do capital da entidade-mãe		
Interesses que não controlam		
	<b>2 237 651,70</b>	<b>-999 550,96</b>

**Gráfico n.º 21 - Evolução do resultado líquido**



## V.2 – Análise financeira

### Quadro n.º 12 - Análise comparativa de balanços

Unid: Euros

Rubricas	2022	2023	Crescimento 2022 / 2023	
			Valor	%
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	118 011 470	145 624 830	27 613 361	23,40%
Ativos intangíveis			0	0,00%
Participações financeiras	5 408 029	4 430 211	-977 818	-18,08%
Outros ativos financeiros	6 471 486	5 167 377	-1 304 109	-20,15%
Outras contas a receber	28 077	28 077	0	0,00%
	<b>129 919 061</b>	<b>155 250 495</b>	<b>25 331 434</b>	<b>19,50%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários	181 877	302 518	120 641	66,33%
Clientes, contribuintes e utentes	1 628 626	2 080 642	452 016	27,75%
Estado e outros entes públicos	1 080 490	980 819	-99 670	-9,22%
Outras contas a receber	12 614 256	15 786 714	3 172 458	25,15%
Diferimentos			0	0,00%
Outros ativos financeiros	4 790 457	6 094 566	1 304 109	27,22%
Caixa e depósitos	4 114 060	5 713 088	1 599 028	38,87%
	<b>24 409 766</b>	<b>30 958 348</b>	<b>6 548 581</b>	<b>26,83%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>154 328 828</b>	<b>186 208 843</b>	<b>31 880 015</b>	<b>20,66%</b>
<b>Património Líquido</b>				
Património / Capital	98 914 741	98 914 741	0	0,00%
Reservas	2 888 368	2 888 368	0	0,00%
Resultados transitados	-2 867 615	-3 567 924	-700 308	24,42%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 379 562	1 991 189	-388 373	-16,32%
Outras variações no património líquido	18 376 262	45 270 927	26 894 665	146,36%
Resultado líquido exercício	-999 551	2 237 652	3 237 203	-323,87%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>118 691 767</b>	<b>147 734 954</b>	<b>29 043 187</b>	<b>24,47%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	120 000	120 000	0	0,00%
Financiamentos obtidos	16 892 237	15 445 231	-1 447 006	-8,57%
Fornecedores de investimentos		1 089 800	1 089 800	100,00%
Fornecedores	757 173	511 853	-245 320	-32,40%
Outras contas a pagar	1 543 281	1 580 141	36 860	2,39%
	<b>19 312 691</b>	<b>18 747 026</b>	<b>-565 666</b>	<b>-2,93%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Credores transf. subs. não reemb. concedidos	1 000	1 000	0	0,00%
Fornecedores	5 536 696	7 125 372	1 588 677	28,69%
Estado e outros entes públicos	622 176	673 194	51 018	8,20%
Financiamentos obtidos	3 054 641	2 865 084	-189 557	-6,21%
Fornecedores de investimentos	1 106 574	1 376 858	270 283	24,43%
Outras contas a pagar	4 043 162	4 970 670	927 509	22,94%
Diferimentos	1 960 120	2 714 686	754 565	38,50%
	<b>16 324 369</b>	<b>19 726 863</b>	<b>3 402 494</b>	<b>20,84%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>35 637 061</b>	<b>38 473 889</b>	<b>2 836 828</b>	<b>7,96%</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>154 328 828</b>	<b>186 208 843</b>	<b>31 880 015</b>	<b>20,66%</b>

Através da análise ao quadro da análise comparativa de balanços, constata-se que o ativo líquido foi incrementado em 20,66 %.

O ativo não corrente aumentou 19,50 %, enquanto o ativo corrente teve um acréscimo de 26,83 %.

As disponibilidades cresceram 38,87 %.

O Passivo não corrente diminuiu 2,93 %.

Os Financiamentos obtidos não corrente foram reduzidos em 8,57 %.

Os Fornecedores não corrente diminuiram 32,40 %.

Os Fornecedores de Investimentos não corrente, ascendem a 1.089.800 €, ou seja 100 % em relação ao ano de 2022, uma vez, está registado o valor a pagar nos anos de 2024 e 2025 da aquisição das instalações operacionais ao LIDL.

As Contas a Pagar aumentaram 2,39 %.

O Passivo corrente aumentou 20,84 %.

Os Fornecedores e o Estado e Outros Entes públicos aumentaram, respetivamente, 28,69 % e 8,20 %.

Os Financiamentos obtidos diminuiram 6,21 %

Os Fornecedores de Investimentos aumentaram 24,43 %

As Outras Contas a pagar, aumentaram 22,94 %, em parte justificado pelo aumento dos acréscimos de gastos com a provisão para férias e subsídio de férias, assim como, pelo acréscimo via empreitadas.

Os Diferimentos aumentaram 38,50 %.

A rubrica de Diferimentos, refere-se aos montantes recebidos para investimento cujos projetos ainda não se encontram concluídos, nomeadamente, 709.383 € das Comunidades Desfavorecidas, Unidade de Saúde Familiar da Escavadeira 499.898 €, Bairro Alves Redol 1.108.275 € e Recuperação do Moinho de Maré Grande no valor de 296.352€. Estas verbas serão reconhecidas como rendimento quando os investimentos forem rececionados provisoriamente pelo Município.

Este rendimento será reconhecido na percentagem de depreciação do bem respetivo.

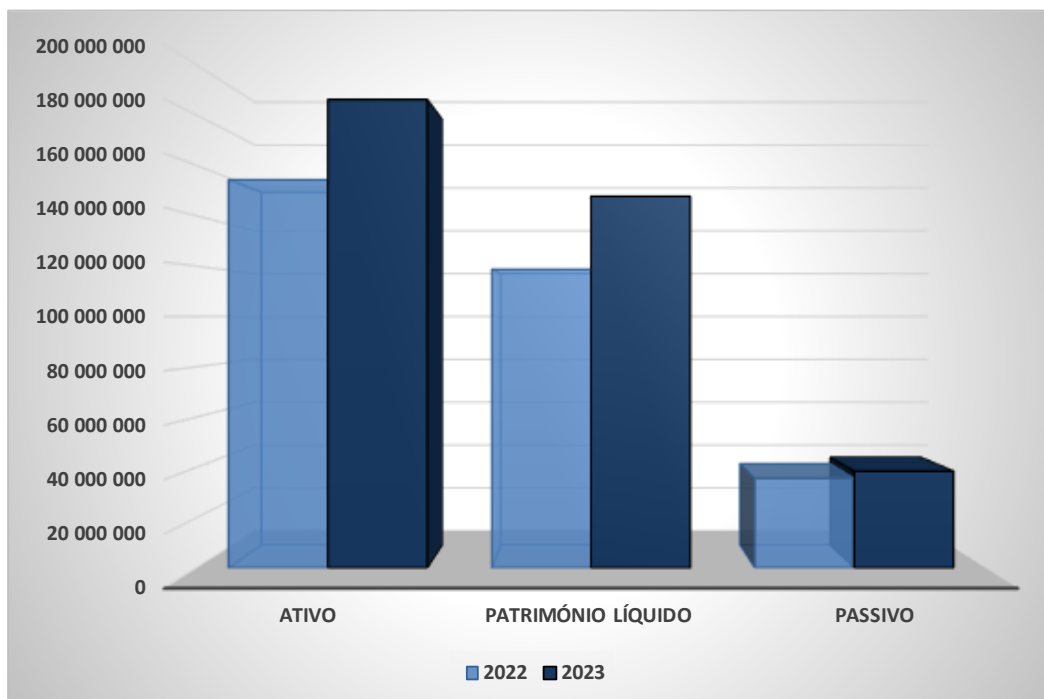
Globalmente, o passivo aumentou 7,96 %, pelos motivos acima explicados.

Os quadros apresentados, de leitura compreensível, encerram informação sobre a situação patrimonial, económica e financeira do Município.

Globalmente, o passivo diminuiu 1,83 %.

Os quadros apresentados, de leitura compreensível, encerram informação sobre a situação patrimonial, económica e financeira do Município.

**Gráfico n.º 22 - Evolução das rúbricas de balanço**

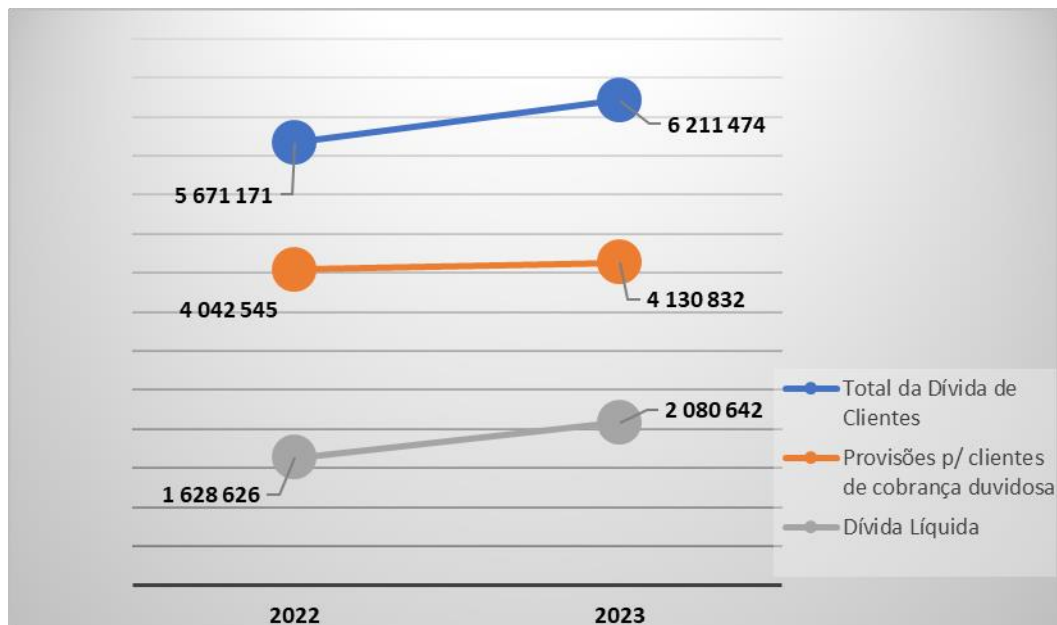


**Quadro n.º 13 - Evolução da dívida de clientes, contribuintes e utentes**

Unid: Euros

Código de Contas do Balanço	Designação	2022	2023	Crescimento 2022 / 2023	
				Valor	%
211	Clientes C/c	759 486	2 074 001	1 314 515	173,08%
214	Utentes C/c	869 139	6 641	-862 499	-99,24%
215	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 042 545	4 130 832	88 288	2,18%
<b>Total da Dívida de Clientes</b>		<b>5 671 171</b>	<b>6 211 474</b>	<b>540 303</b>	<b>9,53%</b>
219	Perdas por imparidades acumuladas	4 042 545	4 130 832	88 287	2,18%
<b>Dívida Líquida</b>		<b>1 628 626</b>	<b>2 080 642</b>	<b>452 016</b>	<b>27,75%</b>

Gráfico n.º 23 - Evolução das dívidas de clientes, contribuintes e utentes



Quadro n.º 14 - Evolução do Património Líquido

Unid: Euros

Descrição	2022	2023	Crescimento 2023 / 2022	
			Valor	%
Património	98 914 741	98 914 741	0	0,00%
Reservas	2 888 368	2 888 368	0	0,00%
Resultados transitados	-2 867 615	-3 567 924	-700 308	24,42%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 379 562	1 991 189	-388 373	-16,32%
Outras variações no Património Líquido	18 376 262	45 270 927	26 894 665	146,36%
<b>Sub-total</b>	<b>119 691 318</b>	<b>145 497 302</b>	<b>25 805 984</b>	<b>21,56%</b>
Resultado líquido do período	-999 551	2 237 652	3 237 203	-323,87%
<b>Total fundos próprios</b>	<b>118 691 767</b>	<b>147 734 954</b>	<b>29 043 187</b>	<b>24,47%</b>

No ano de 2023 foram registados nas outras variações do património líquido os edifícios das escolas e centros de saúde que passaram para posse do Município no âmbito do processo de delegação de competências de acordo com a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

Este registo originou um aumento nos ativos fixos tangíveis brutos de 23.809.327,90 €. O valor negativo de 388.372,62 € de ajustamento em ativos financeiros, refere-se à parte da redução do património líquido dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro que não são resultado do exercício.

Para além deste montante, as outras variações no património líquido, tiveram um aumento de 3.085.337,34 € por via dos subsídios ao investimento.

**Gráfico n.º 24 - Evolução do Património Líquido**

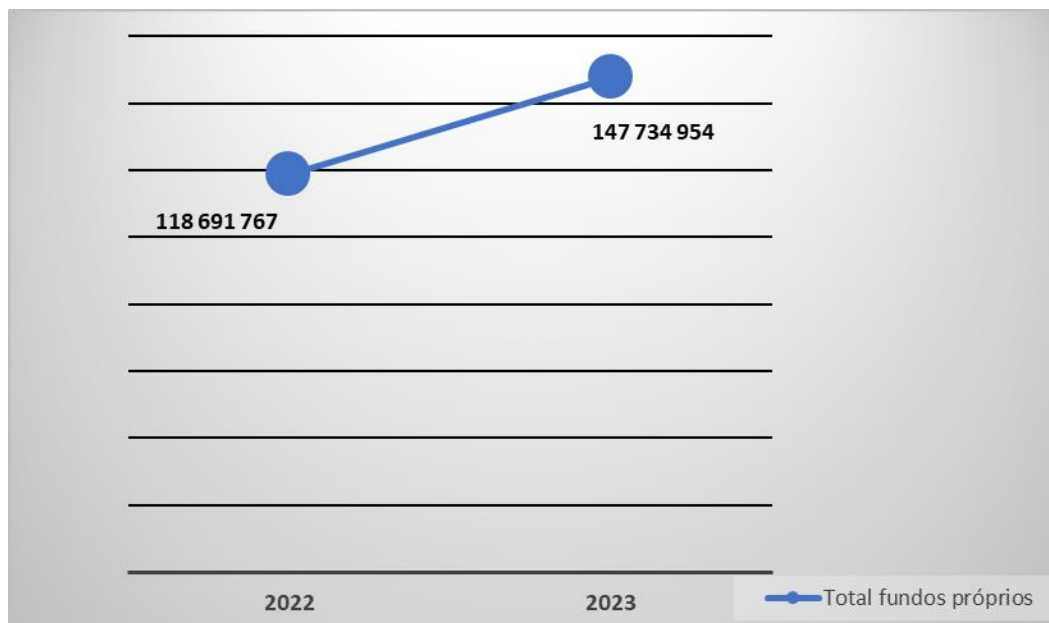
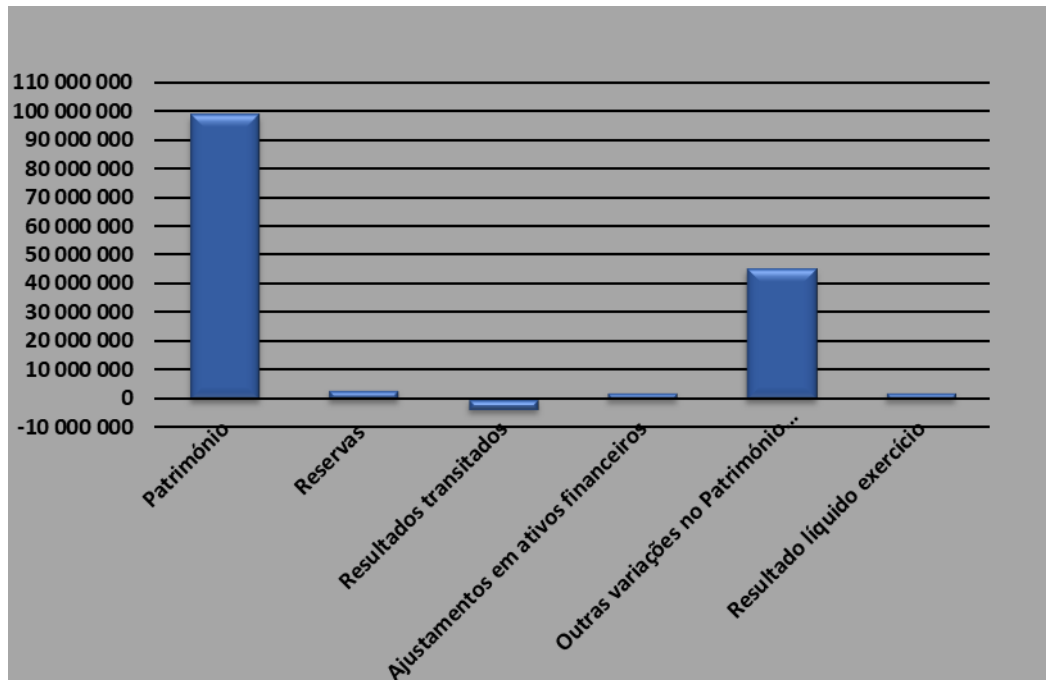


Gráfico n.º 25 - Composição do Património Líquido



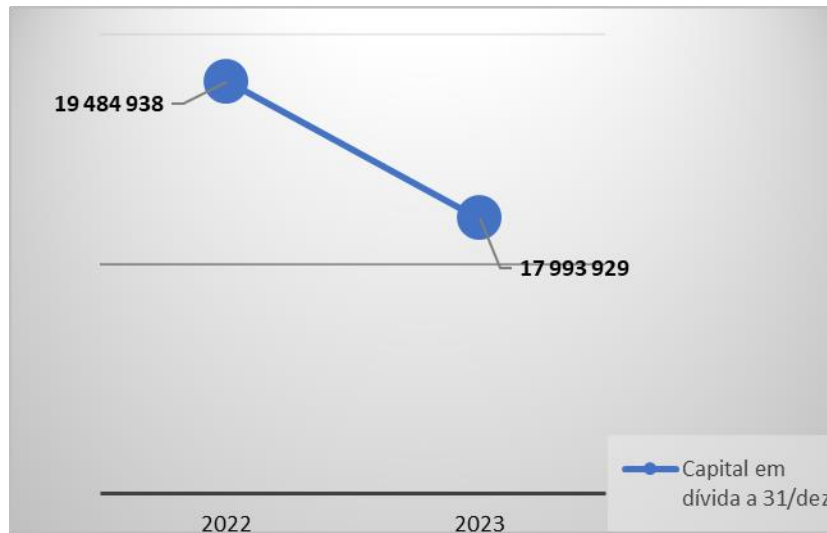
Quadro n.º 15 - Evolução do stock de dívida com empréstimos de médio e longo prazo

Unid: Euros

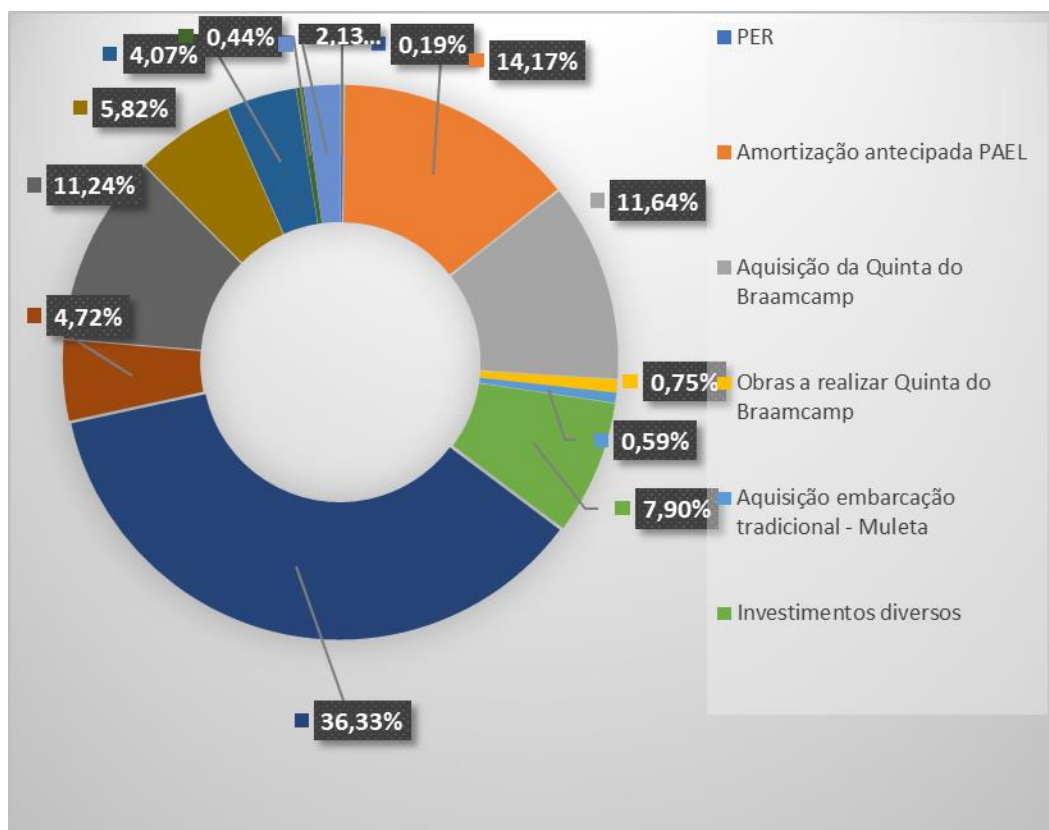
Descrição	2022	2023	Crescimento 2022 / 2023	
			Valor	%
Capital em dívida a 01/jan	22 362 998	19 484 938	-2 878 060	-12,87%
Amortizações	3 222 618	2 649 917	-572 701	-17,77%
Aumentos	344 558	1 158 908	814 350	236,35%
<b>Capital em dívida a 31/dez</b>	<b>19 484 938</b>	<b>17 993 929</b>	<b>-1 491 009</b>	<b>-7,65%</b>



**Gráfico n.º 26 - Evolução do stock de dívida com empréstimos de médio e longo prazo**



**Gráfico n.º 27 - Composição da dívida com empréstimos de médio e longo prazo**



## VI – Rácios e indicadores de apoio à gestão

Autofinanciamento	2022	2023
Resultado Líquido do Período	-999 551	2 237 652
Gastos de depreciação e amortização	5 265 085	5 680 395
Imparidades de inventários e ativos biológicos	-6 589	-151 007
Imparidades de dívidas a receber	369 964	88 318
Provisões		0
<b>Total do Autofinanciamento</b>	<b>4 628 909</b>	<b>7 855 357</b>

## Estrutura financeira

Autonomia Financeira	2022	2023
Património Líquido / Ativo	76,91%	79,34%

Este rácio mede o grau de cobertura do ativo pelo património líquido

Quanto mais elevado o seu valor maior a independência financeira terá a Instituição.

Se este rácio assumir valores inferiores a 30%, evidenciará forte dependência financeira.

Solvabilidade I	2022	2023
Património Líquido / Passivo	333,06%	383,99%

Solvabilidade II	2022	2023
Ativo / Passivo	433,06%	483,99%

Estes rácios, permitem aferir a capacidade quer do ativo, quer do património líquido de fazerem face ao passivo.

Endividamento	2022	2023
Passivo / Ativo	23,09%	20,66%

Grau de cobertura dos gastos financeiros	2022	2023
Resultados operacionais (EBIT) / Gastos financeiros	-198,98%	316,95%

Estes rácios indicam qual a parte do ativo financiada pelo passivo, assim como, qual a forma de cobertura dos gastos financeiros pelo resultado operacional.

### Liquidez

Liquidez Geral	2022	2023
Ativo corrente (Inventários + Créditos C/P + Disponibilidades) / Passivo corrente	149,53%	156,93%

Este rácio, indica qual a capacidade do ativo corrente de fazer face ao passivo corrente.

Liquidez Reduzida	2022	2023
-------------------	------	------

(Ativo corrente - inventários) / Passivo corrente	148,42%	155,40%
---	---------	---------

Liquidez Imediata	2022	2023
-------------------	------	------

Disponibilidades / Passivo corrente	25,20%	28,96%
-------------------------------------	--------	--------

Este rácio indica-nos a capacidade de solvência dos nossos compromissos no imediato.

### Rentabilidade

Rentabilidade do Património Líquido	2022	2023
-------------------------------------	------	------

Resultado líquido do período / Património Líquido * 100	-0,84%	1,51%
---	--------	-------

Rentabilidade do operacional do ativo	2022	2023
---------------------------------------	------	------

Resultados operacionais (EBIT) / ativo *100	-0,48%	1,48%
---	--------	-------

Estes rácios, indicam a % do resultado líquido do período no património líquido assim como os resultados operacionais no ativo.

## VII - Endividamento

No final de 2023, a margem de endividamento da Câmara Municipal do Barreiro era de 23.696.617 €. Esta margem, está condicionada pelo montante de 6.658.639 € de empréstimos já contratualizados e visados pelo Tribunal de Contas, mas ainda não utilizados (Armazém de Víveres, Recuperação do moinho de maré grande de Alburrica Barreiro Velho) e 810.000 € do empréstimo para aquisição do Antigo Teatro Cine. Se fosse considerada a utilização total deste montante, a margem de endividamento, seria de 17.034.978 €.

Apuramento do limite da dívida total para 2023		
<b>1</b>	<b>Total receita cobrada nos últimos 3 anos</b>	<b>158 659 246</b>
1.1	Receita corrente cobrada em 2020	48 509 215
1.2	Receita corrente cobrada em 2021	49 355 097
1.3	Receita corrente cobrada em 2022	60 794 934
<b>2</b>	<b>Média da receita</b>	<b>52 886 415</b>
<b>3</b>	<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos</b>	<b>79 329 623</b>
<b>Apuramento da dívida total</b>		
<b>4</b>	<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>	<b>18 776 363</b>
4.1	202 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 000
4.2	221 - Fornecedores C/c	2 768 442
4.3	225 - Fornecedores faturas em receção e conferência	4 868 784
4.4	231 - Remunerações a pagar	5 678
4.4	242 - Retenção de imposto sobre rendimento	128 987
4.5	244 - Outros impostos	4 083
4.6	245 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	538 086
4.7	2511 - Empréstimos bancários	7 618 819
4.8	2513 - Locações financeiras	316 386
4.9	2711 - Fornecedores de investimento c/c	2 231 260
4.10	2712 - Fornecedores de investimento - faturas em conferência	235 398
4.11	2785 - Sindicatos	3 695
4.12	2789211 - Outros credores - Estado	484
4.13	27892911 - Outros credores - Estado	13
4.14	27892919011 - retenções e descontos	13 690
	2789291999 - Outras entidades	39 645
	2789292999 - Outras entidades	1 916
<b>5</b>	<b>Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total</b>	<b>1 319 217</b>
5.1	Associação Municípios da Região de Setúbal	
5.2	Área Metropolitana de Lisboa	1 194
5.3	AIA	166
5.4	Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro	1 317 857
<b>6</b>	<b>Dívida total a 31/12/2023 excluindo operações extraorçamentais e empréstimos excecionados</b>	<b>20 095 580</b>
<b>Apuramento da capacidade de endividamento</b>		
<b>7</b>	<b>Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2023</b>	<b>79 329 623</b>
<b>8</b>	<b>Montante da dívida total em 31/12/2023 (excluindo operações extraorçamentais)</b>	<b>20 095 580</b>
<b>9</b>	<b>Margem absoluta</b>	<b>59 234 043</b>
<b>10</b>	<b>Margem utilizável (40%)*</b>	<b>23 693 617</b>
<b>11</b>	<b>Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida</b>	<b>6 658 639</b>
<b>12</b>	<b>Margem efetivamente disponível para endividamento</b>	<b>17 034 978</b>

\* - Al. b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16/08

Notas:

Foi deduzido na conta 25 o valor referente aos empréstimos excecionados no montante de € 10.375.110,09



## **VIII – Contabilidade de gestão**

A Contabilidade de gestão é uma ferramenta que permite mensurar e controlar os custos, tendo em conta os rendimentos e os resultados, de forma a disponibilizar às entidades toda a informação que lhes permite otimizar a gestão dos recursos que têm ao seu dispor.

A contabilidade de gestão produz informação relevante e analítica sobre custos, rendimentos e resultados. Permite aferir o resultado das atividades e projetos desenvolvidos pela autarquia, contribuindo para a realização das políticas públicas. Contribui também para identificar as áreas que carecem de intervenção e facilitar a tomada de decisões estratégicas que melhorem a eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pela autarquia.

A Contabilidade de Gestão permite apurar os custos por bens, serviços, funções e centros de responsabilidade.

A informação produzida sobre os custos, economia, eficiência e eficácia das atividades desenvolvidas, assim como sobre a quantia e os recursos necessários para suportar atividades futuras, contribui também para satisfazer as necessidades dos utilizadores externos promovendo assim a responsabilização pela prestação de contas.

A NPC 27 estabelece as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas. São instituídas orientações que permitem um incremento assinalável na gestão de recursos ao seu dispor.

### **VIII.1 – Evolução dos custos por tipo de custos**

Os custos diretos a bens apresentam um ligeiro aumento de 3,45% em relação ao ano anterior.

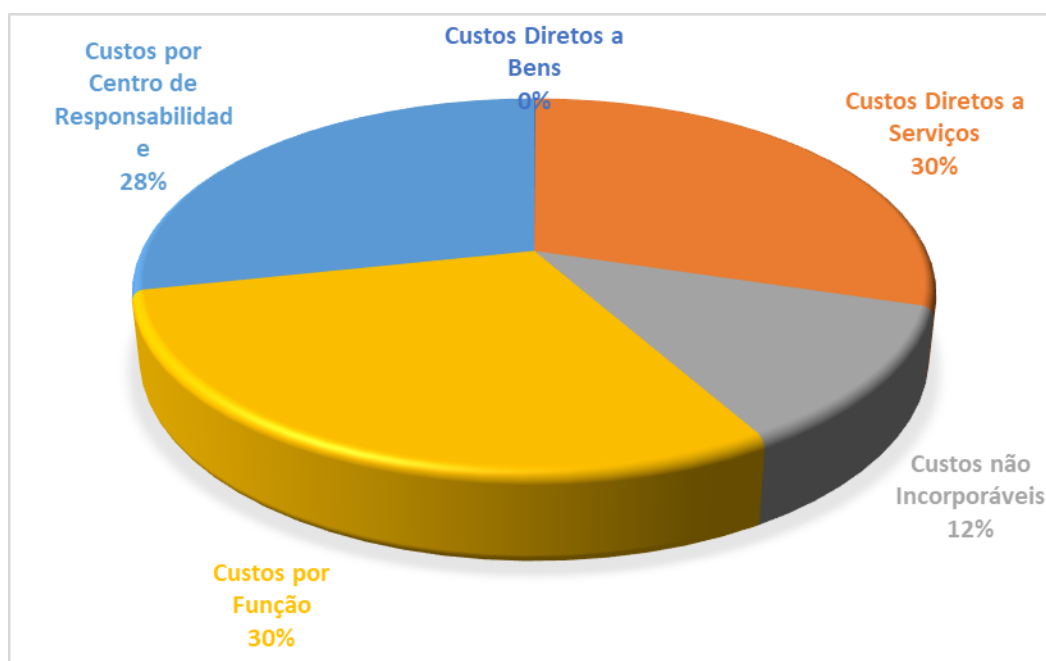
Os custos não incorporáveis mantém a tendência decrescente dos últimos anos, com uma redução de 16,22%.

Enquanto os restantes custos evidenciam alterações positivas de aproximadamente 17%.

**Quadro n.º 16 – Custos por tipo de custo**

Tipo de Custo	2022	2023	Δ Anual
Custos Diretos a Bens	121 416,41 €	125 607,21 €	3,45%
Custos Diretos a Serviços	50 225 977,95 €	58 927 791,62 €	17,33%
Custos não Incorporáveis	28 646 576,73 €	23 999 675,26 €	-16,22%
Custos por Função	50 336 956,62 €	59 256 999,28 €	17,72%
Custos por Centro de Responsabilidade	48 068 666,02 €	56 369 140,20 €	17,27%

**Gráfico n.º 28 – Custos por tipo de custo**



## VIII.2. Total de Gastos e Rendimentos por Grupos de centros de custos

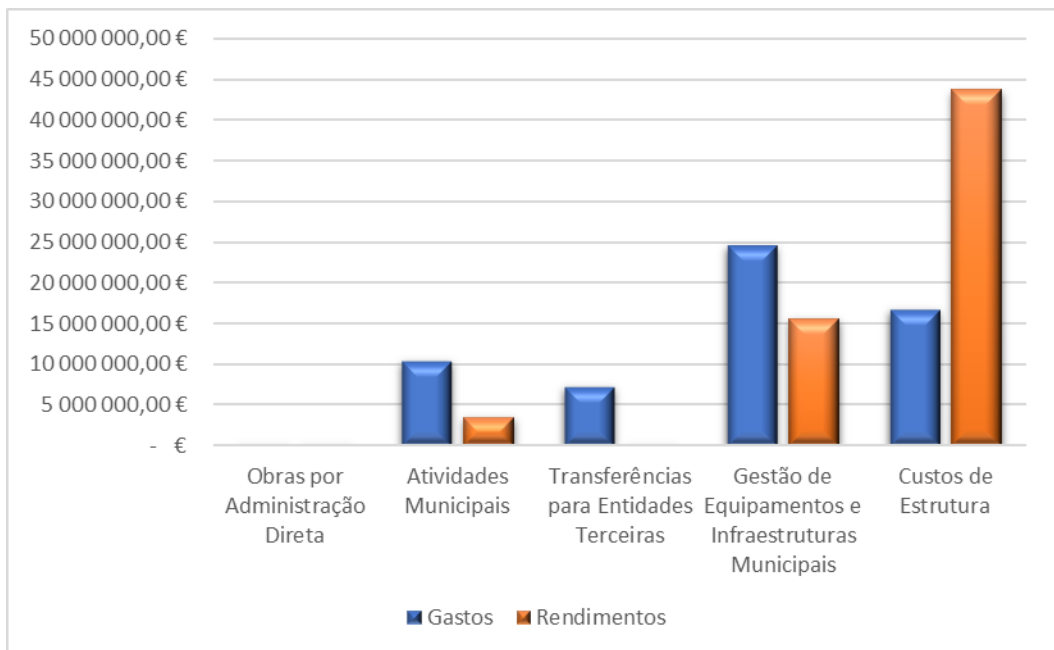
O quadro seguinte revela que os custos de gestão de equipamentos e infraestruturas municipais são os que têm valores mais elevados, representam 41,59% do total de gastos.

Quanto aos rendimentos são os custos de estrutura que se destacam com 69,61% do total de rendimentos.

**Quadro n.º 17 – Total de Gastos e Rendimentos por Grupos de centros de custos**

Designação do Grupo	Gastos 2023	Rendimentos 2023
Obras por Administração Direta	125 607,21 €	- €
Atividades Municipais	10 376 243,92 €	3 476 750,92 €
Transferências para Entidades Terceiras	7 268 812,91 €	- €
Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Municipais	24 559 993,33 €	15 621 375,29 €
Custos de Estrutura	16 722 741,46 €	43 754 560,21 €
<b>Total</b>	<b>59 053 398,83 €</b>	<b>62 852 686,42 €</b>

**Gráfico n.º 29 – Gastos e rendimentos por grupo**



### VIII.3 - Apuramento por Centros de Responsabilidade

Os centros de responsabilidade correspondem às unidades orgânicas que constituem a estrutura hierarquizada do Município, cumprindo o disposto na do n.º 1 do art.º 9º e do art.º 10º, do Decreto-lei n.º 305/2009 de 23 de outubro.





### VIII.3.1 - Evolução dos Custos por Centro de Responsabilidade

O próximo quadro apresenta os gastos e rendimentos imputados às várias unidades orgânicas ao nível dos departamentos, serviços e gabinetes do Município.

A unidade orgânica que apresenta maiores gastos é a Divisão de Gestão Escolar com 11,8 milhões, que representam 20,98% do total de gastos.

A Câmara Municipal com um total de 6,5 milhões de euros despense 11,51% do total de gastos.

A Divisão de Resíduos e Higiene Urbana e a Divisão de Águas e Saneamento gastam respetivamente, 6,4 milhões de euros e 5 milhões de euros, que correspondem a 11,30% e 8,97% dos gastos totais.

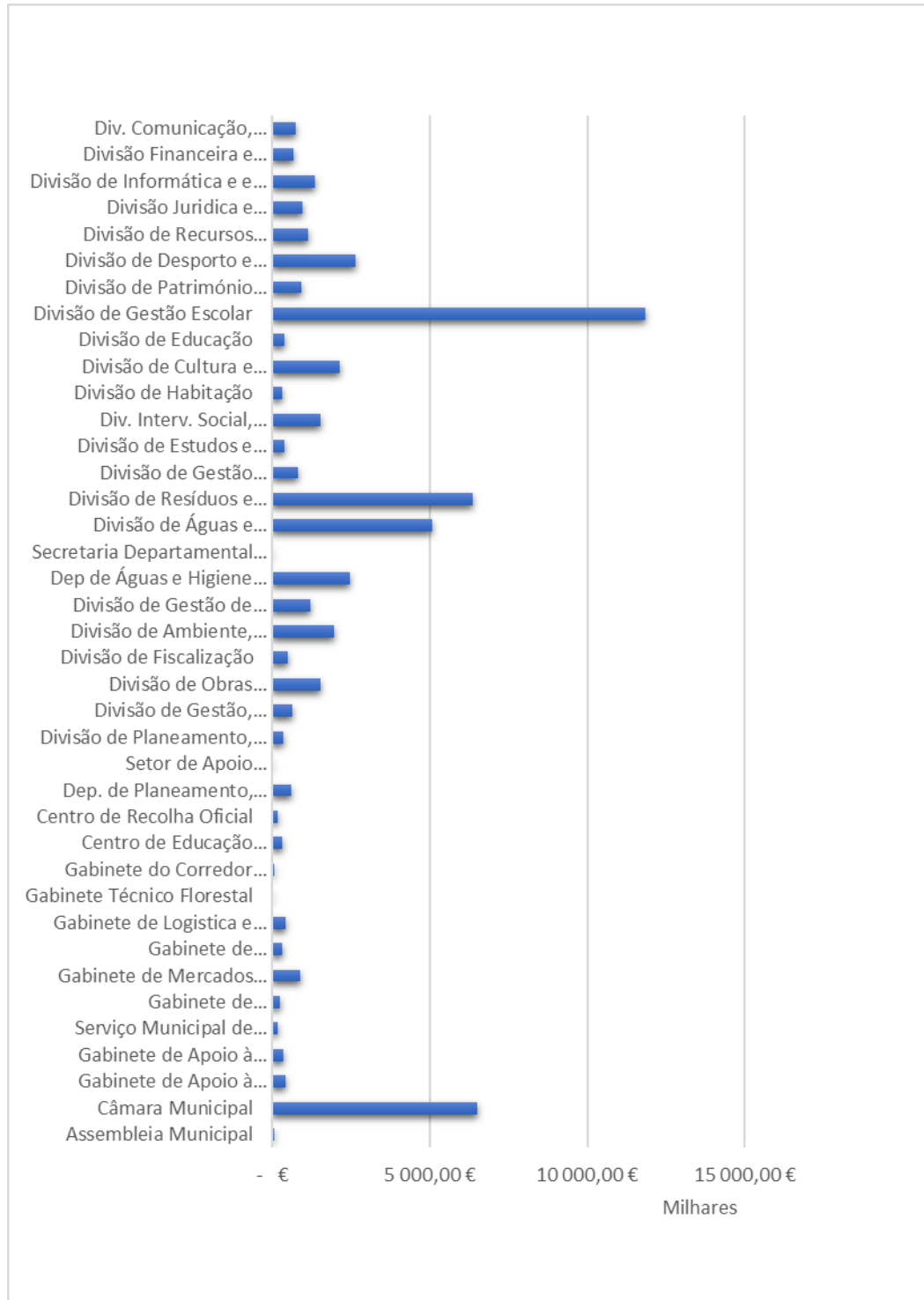
Estes 4 serviços absorvem 52,76% dos gastos por centros de responsabilidade.

Quanto aos rendimentos destaca-se a Câmara Municipal com um valor de 38,9 milhões de euros, equivalente a 57,70% do total. O Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas e a Divisão de Gestão Escolar são as outras 2 unidades orgânicas que detêm maior rendimentos, respetivamente 11,8 milhões de euros e 10,4 milhões de euros, ou seja 17,56% e 11,5% dos rendimentos totais.

### Quadro n.º 18 – Comparação de Gastos e Rendimentos por centros de responsabilidade

Centro de Responsabilidade	Gastos 2023	%	Rendimentos 2023	%
Assembleia Municipal	46 311,71 €	0,08	- €	0,00
Câmara Municipal	6 487 486,68 €	11,51	38 865 004,92 €	57,70
Gabinete de Apoio à Presidência	430 086,16 €	0,76	57,50 €	0,00
Gabinete de Apoio à Vereação	347 865,30 €	0,62	- €	0,00
Serviço Municipal de Proteção Civil	181 367,03 €	0,32	- €	0,00
Gabinete de Desenvolvimento Económico	238 605,08 €	0,42	47,65 €	0,00
Gabinete de Mercados Municipais e Serviços Urbanos	893 448,69 €	1,58	469 527,42 €	0,70
Gabinete de Descentralização	318 816,51 €	0,57	269,57 €	0,00
Gabinete de Logística e Equipamentos	405 558,17 €	0,72	- €	0,00
Gabinete Técnico Florestal	38 338,16 €	0,07	- €	0,00
Gabinete do Corredor Ecológico do Rio Coina	57 317,49 €	0,10	- €	0,00
Centro de Educação Ambiental	325 122,02 €	0,58	14 482,98 €	0,02
Centro de Recolha Oficial	174 691,81 €	0,31	121 625,28 €	0,18
Dep. de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	601 529,21 €	1,07	- €	0,00
Setor de Apoio Administrativo (SAA)	123,09 €	0,00	- €	0,00
Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Inform. Geográfica	345 743,52 €	0,61	3 777,16 €	0,01
Divisão de Gestão, Reabilitação, Revitalização Urbana e Licenciamento	628 385,42 €	1,11	3 375 788,00 €	5,01
Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreit e Energia	1 511 201,84 €	2,68	- €	0,00
Divisão de Fiscalização	503 926,16 €	0,89	52 293,25 €	0,08
Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Efic Energética	1 969 000,66 €	3,49	- €	0,00
Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais	1 207 683,63 €	2,14	225,63 €	0,00
Dep de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	2 470 814,78 €	4,38	11 829 010,79 €	17,56
Secretaria Departamental (DAHUAR)	1 616,37 €	0,00	- €	0,00
Divisão de Águas e Saneamento	5 057 989,40 €	8,97	- €	0,00
Divisão de Resíduos e Higiene Urbana	6 371 458,72 €	11,30	- €	0,00
Divisão de Gestão Comercial	811 361,06 €	1,44	- €	0,00
Divisão de Estudos e Projetos de águas e Saneamento	379 911,47 €	0,67	- €	0,00
Div. Interv. Social, Igualdade e Saude	1 517 319,09 €	2,69	811 000,46 €	1,20
Divisão de Habitação	316 314,00 €	0,56	444,37 €	0,00
Divisão de Cultura e Juventude	2 144 545,83 €	3,80	11 330,79 €	0,02
Divisão de Educação	384 229,02 €	0,68	- €	0,00
Divisão de Gestão Escolar	11 826 322,56 €	20,98	10 443 193,68 €	15,50
Divisão de Património Cultural, Arquivo Histórico e Turismo	908 218,15 €	1,61	2 111,40 €	0,00
Divisão de Desporto e Associativismo	2 637 897,92 €	4,68	380 316,29 €	0,56
Divisão de Recursos Humanos	1 124 988,00 €	2,00	961 187,27 €	1,43
Divisão Jurídica e Administração Geral	952 288,47 €	1,69	20 961,70 €	0,03
Divisão de Informática e e Transição Digital	1 338 566,23 €	2,37	- €	0,00
Divisão Financeira e Patrimonial	685 640,25 €	1,22	- €	0,00
Div. Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	727 050,54 €	1,29	- €	0,00
<b>Total</b>	<b>56 369 140,20 €</b>	<b>100,00</b>	<b>67 362 656,11 €</b>	<b>100,00</b>

**Gráfico n.º 30 – Gastos por centro de responsabilidade**





#### **VIII.4 - Apuramento por funções**

A Contabilidade de Gestão do Município baseia-se numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e com a NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP.

No apuramento de custos por funções é possível quantificar os objetivos a atingir nas diversas áreas de intervenção do Município: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido em cada área.

Efetuada uma breve análise ao total de custos por cada função verificamos que os custos diretos a bens e serviços representam cerca de 99 % do total enquanto os custos indiretos representam apenas 1%

As funções sociais são as que se destacam com maior peso, 66.55 % do total de custos.

O ensino não superior é quem mais contribui para este valor, com 23,46 % dos custos totais. Os resíduos sólidos e a proteção do meio ambiente e conservação da natureza também têm o seu peso, exprimem respetivamente 9,93% e 8,57% dos custos totais.

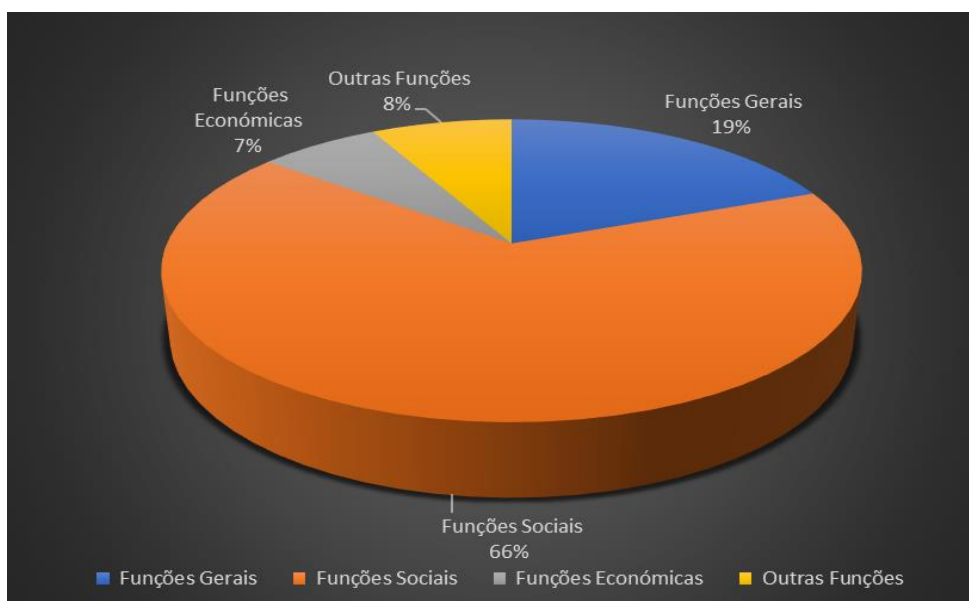
As funções gerais totalizam 11,5 milhões que equivalem a 19,09% dos custos por funções.

As funções económicas e as outras funções são as que apresentam um menor investimento, com 4 milhões de euros gastos nas funções económicas e 4,7 milhões gastos nas outras funções.

### Quadro n.º 19 – Custos por função

Função	Designação da Função	Custos Diretos a Bens e Serviços 2023	Custos Indiretos a Bens e Serviços 2023	Total 2023	%
1	Funções Gerais	11 313 077,69 €	244 836,27 €	11 557 913,96 €	19,09
111	Administração geral	10 645 419,81 €	244 836,27 €	10 890 256,08 €	17,99
121	Proteção civil e luta contra incêndios	667 657,88 €	- €	667 657,88 €	1,10
2	Funções Sociais	39 890 045,78 €	394 353,34 €	40 284 399,12 €	66,55
211	Ensino não superior	14 175 562,19 €	25 620,17 €	14 201 182,36 €	23,46
212	Serviços auxiliares de ensino	219 545,55 €	- €	219 545,55 €	0,36
221	Serviços individuais de saúde	141 310,09 €	- €	141 310,09 €	0,23
232	Ação social	1 217 953,28 €	- €	1 217 953,28 €	2,01
241	Habituação	459 337,01 €	- €	459 337,01 €	0,76
242	Ordenamento do território	1 554 491,57 €	368 667,43 €	1 923 159,00 €	3,18
243	Saneamento	3 981 852,35 €	- €	3 981 852,35 €	6,58
244	Abastecimento de água	2 126 937,44 €	65,74 €	2 127 003,18 €	3,51
245	Resíduos sólidos	6 013 326,33 €	- €	6 013 326,33 €	9,93
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	5 189 353,11 €	- €	5 189 353,11 €	8,57
251	Cultura	2 144 685,93 €	- €	2 144 685,93 €	3,54
252	Desporto, recreio e lazer	2 465 006,99 €	- €	2 465 006,99 €	4,07
253	Outras actividades cívicas e religiosas	200 683,94 €	- €	200 683,94 €	0,33
3	Funções Económicas	3 967 084,70 €	49 789,41 €	4 016 874,11 €	6,64
320	Indústria e energia	877 579,82 €	- €	877 579,82 €	1,45
331	Transportes rodoviários	1 311 143,71 €	49 789,41 €	1 360 933,12 €	2,25
341	Mercados e feiras	732 072,65 €	- €	732 072,65 €	1,21
342	Turismo	429 608,37 €	- €	429 608,37 €	0,71
350	Outras funções económicas	616 680,15 €	- €	616 680,15 €	1,02
4	Outras Funções	4 676 742,38 €	- €	4 676 742,38 €	7,73
420	Transferências entre administrações	1 606 497,32 €	- €	1 606 497,32 €	2,65
430	Diversas não especificadas	3 070 245,06 €	- €	3 070 245,06 €	5,07
<b>Total de Custos Diretos e Indiretos por funções</b>		<b>59 846 950,55 €</b>	<b>688 979,02 €</b>	<b>60 535 929,57 €</b>	<b>100</b>

### Gráfico n.º 31 – Custos por função



Analisando a evolução dos custos por função conclui-se que as funções gerais são as que têm maior variação, com um crescimento de 32,07% em relação ao ano anterior.

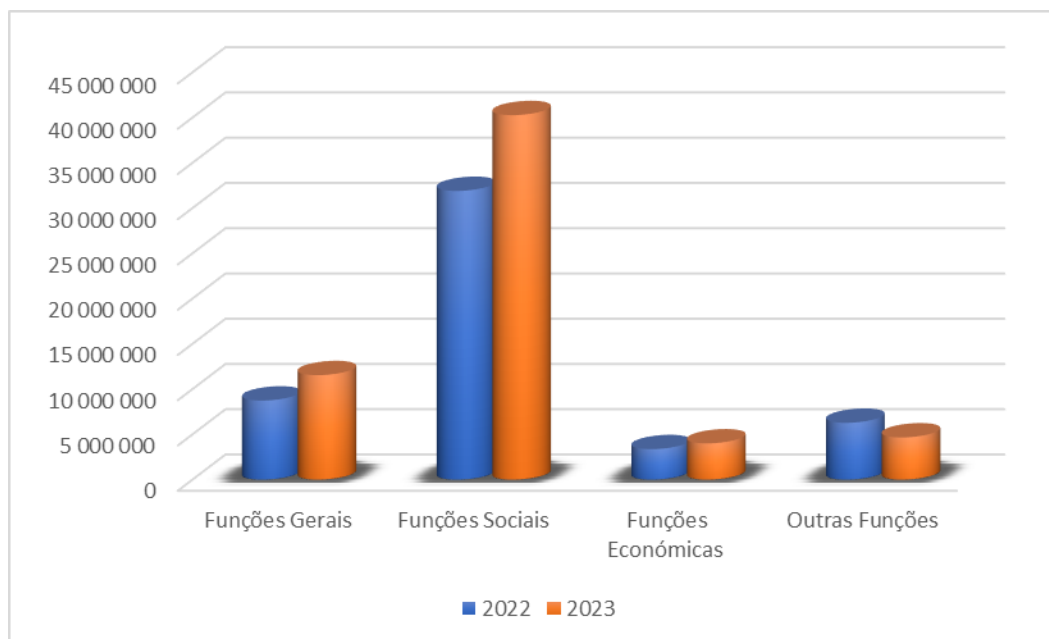
As funções sociais também evidenciam uma variação positiva de 26,24%, assim como as funções económicas com um acréscimo de 18,76%.

As outras funções apresentam uma redução de 25,67%

**Quadro n.º 20 – Evolução dos Custos por função**

Designação da Função	2022	2023	Δ Anual
Funções Gerais	8 751 223,55 €	11 557 913,96 €	32,07%
Funções Sociais	31 911 281,92 €	40 284 399,12 €	26,24%
Funções Económicas	3 382 416,16 €	4 016 874,11 €	18,76%
Outras Funções	6 291 784,49 €	4 676 742,38 €	-25,67%
<b>Total de Custos por funções</b>	<b>50 336 706,12 €</b>	<b>60 535 929,57 €</b>	<b>20,26%</b>

**Gráfico n.º 32 – Evolução dos custos por função**





### **VIII.5 - Custos da estrutura**

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos gastos e rendimentos por cada unidade orgânica, que constitui a estrutura da autarquia.

Os departamentos que obrigam a um maior investimento são a DPGTE e o DAHUAR, com respetivamente 4 milhões de euros e 2,98 milhões de euros de gastos.

Relativamente às Divisões e Gabinetes, a DITD é a unidade orgânica que concentra maiores gastos, 1,39 milhões de euros.

Analisando os rendimentos verifica-se que a Câmara Municipal engloba 77,74% do total dos rendimentos do Município e a DGE integra 20,57% do total dos rendimentos.

### Quadro n.º 21 – Custos da estrutura

Estrutura Orgânica	Gastos 2023	Rendimentos 2023
<b>Orgãos de Autarquia</b>	<b>889 724,89 €</b>	<b>34 016 552,06 €</b>
AM-Assembleia Municipal	68 019,46 €	- €
CM-Câmara Municipal	821 705,43 €	34 016 552,06 €
<b>Gabinetes Dependentes da Presidência</b>	<b>774 625,14 €</b>	<b>- €</b>
GAP-Gabinete de Apoio à Presidência	203 079,56 €	- €
GAV - Gabinete de Apoio à Vereação	406 752,29 €	- €
SMPC-Serviço Municipal de Proteção Civil	164 793,29 €	- €
<b>Gabinetes de Atividades Operacionais</b>	<b>667 300,57 €</b>	<b>113,82 €</b>
GDE - Gabinete de Desenvolvimento Económico	229 303,30 €	- €
GMMSU - Gabinete de Mercados Municipais e Serviços Urbanos	118 999,67 €	113,82 €
GD - Gabinete de Descentralização	67 154,15 €	- €
GLE - Gabinete de Logística e Equipamentos	105 530,21 €	- €
GTF - Gabinete Técnico Florestal	31 399,77 €	- €
GCERC - Gabinete do Corredor Ecológico do Rio Coia	56 404,60 €	- €
CEA - Centro de Educação Ambiental	5 704,03 €	- €
CRO - Centro de Recolha Oficial	52 804,84 €	- €
<b>Unidades Orgânicas</b>	<b>12 954 903,68 €</b>	<b>9 737 894,33 €</b>
<b>DPGTE-Departamento de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos</b>	<b>4 006 694,88 €</b>	<b>198,89 €</b>
SAA - Setor de Apoio Administrativo	123,09 €	- €
DPOTIG - Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Inform. Geográfica	90 830,84 €	- €
GM - Gabinete de Mobilidade	168,57 €	- €
GSIG - Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica	407,73 €	- €
DGRRUL - Divisão de Gestão, Reabilitação, Revitalização Urbana e Licenciamento	405 306,77 €	- €
GPIP - Gabinete de Projetos e Investimento Prioritários	16 330,17 €	- €
DOMEEE - Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreit e Energia	931 930,50 €	- €
DF - Divisão de Fiscalização	198 469,43 €	- €
DAEVVE - Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Efic Energética	1 030 201,01 €	- €
DGEM - Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais	854 060,44 €	198,89 €
DPGTE - Dep. de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	478 866,33 €	- €



<b>DAHUAR-Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas</b>	<b>2 975 094,34 €</b>	<b>- €</b>
SD - Secretaria Departamental (DAHUAR)	606,17 €	- €
SA - Setor de Águas	587 509,08 €	- €
SS - Setor de Saneamento	306 872,20 €	- €
SAP - Setor de Águas Pluviais	147 885,24 €	- €
SSAP - Setor de Saneamento e de Águas Pluviais	10 392,89 €	- €
DAS-Divisão de Águas e Saneamento	195 347,51 €	- €
DRHU-Divisão de Resíduos e Higiene Urbana	631 782,91 €	- €
DGC-Divisão de Gestão Comercial	633 395,09 €	- €
DEPAS - Divisão de Estudos e Projetos de águas e Saneamento	178 515,12 €	- €
DAHUAR-Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	282 788,13 €	- €
<b>Unidades Orgânicas Socio-culturais, Desporto e Educação</b>	<b>1 723 988,96 €</b>	<b>9 737 695,44 €</b>
DISISH-Divisão de Intervenção Social, Igualdade e Saude	280 686,62 €	738 835,44 €
DH - Divisão de Habitação	114 208,41 €	- €
DCJ - Divisão de Cultura e Juventude	183 149,77 €	- €
GJ - Gabinete da Juventude	54 022,15 €	- €
DE - Divisão de Educação	158 944,58 €	- €
DGE - Divisão de Gestão Escolar	365 449,72 €	8 998 860,00 €
DPCAHT - Divisão de Património Cultural, Arquivo Histórico e Turismo	249 268,38 €	- €
DDA - Divisão de Desporto e Associativismo	318 259,33 €	- €
<b>Restantes Unidades Orgânicas</b>	<b>4 249 125,50 €</b>	<b>- €</b>
DRH-Divisão de Recursos Humanos	944 312,92 €	- €
DJAG - Divisão Jurídica e Administração Geral	820 931,08 €	- €
<b>DITD - Divisão de Informática e e Transição Digital</b>	<b>1 390 417,10 €</b>	<b>- €</b>
DITD - Gestão de Redes	32 904,86 €	- €
DITD - Gestão de Equipamentos (hardware,software)	832 028,15 €	- €
DITD - Rede de Comunicações	171 546,29 €	- €
DITD - Custos com impressão/reprodução	85 060,80 €	- €
DITD - Suporte a utilizadores	31 900,56 €	- €
DITD - Custos Comuns	236 976,44 €	- €
DFP - Divisão Financeira e Patrimonial	629 633,61 €	- €
DCRPP - Div. Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	463 830,79 €	- €
<b>Comuns a todos os serviços</b>	<b>4 536,36 €</b>	<b>- €</b>
<b>Total</b>	<b>15 291 090,64 €</b>	<b>43 754 560,21 €</b>



## **IX – Fundo de Financiamento da Descentralização**

A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, com o intuito de concretizar os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e poder local, numa lógica de maior proximidade com a população.

No caso concreto do Município do Barreiro, foram assumidas competências em três áreas específicas: Educação, Ação Social e Saúde, a primeira com início ainda em 2022 e as seguintes, em abril e julho de 2023, respetivamente, sendo este o ano que releva para o presente Relatório.

A concretização da transferência destas competências encontra-se plasmada nos:

- Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, no domínio da Educação;
- Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro, no domínio da Saúde e
- Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto, no domínio da Ação Social.

A sua assunção, traduz-se num impacto com alguma relevância quer a nível financeiro, quer ao nível dos recursos humanos, obrigando a uma efetiva reorganização interna do Município para acomodar esta nova realidade.

Atendendo a este enquadramento, existem indicadores de análise para cada uma das áreas, cujo acompanhamento deve ser efetuado em permanência, relevando para este mesmo acompanhamento o total de despesas para cada Competência assumida, assim como a receita transferida pela Administração Central (via DGAL) para fazer face às mesmas, receita esta que se distribui pelas seguintes componentes:

<b>Educação</b>	Recursos Humanos
	Apoios Alimentares
	Atividades Extra Curriculares
	Atividades de Apoio e Acompanhamento às Famílias
	Encargos com Instalações
	Conservação de Instalações
	Equipamentos
<b>Ação Social</b>	Recursos Humanos
	Protocolos Rendimento Social de Inserção
	Subsídios Eventuais
	Instalações e Funcionamento
<b>Saúde</b>	Recursos Humanos
	Custos Logísticos
	Imóveis

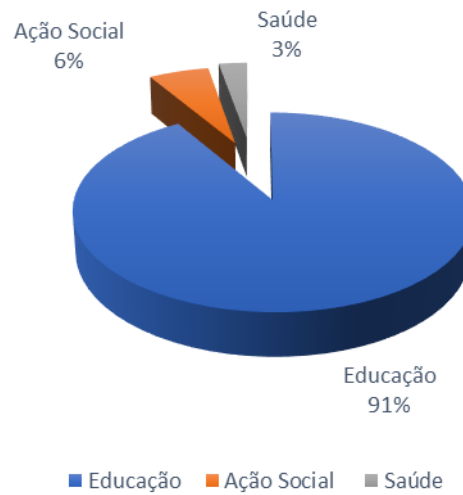
As tabelas e gráficos que infra se apresentam, têm como objetivo fazer uma súmula da Receita recebida da Administração Central e da despesa ocorrida com este processo, conforme reporte efetuado à DGAL, em cumprimento dos deveres de informação legalmente previstos.

Conforme se poderá verificar a maior fatia cabe, quer em termos de receita, quer em termos de despesa, à Educação, seguida da Ação Social e por fim da Saúde, que representa a parcela com menor expressão em termos financeiros, no âmbito da Descentralização de Competências, até à data.

#### Quadro n.º 22 – Receita por competência

Competência	Valor
Educação	8 989 264,00
Ação Social	573 671,00
Saúde	271 995,44
<b>Total Geral Receita</b>	<b>9 834 930,44</b>

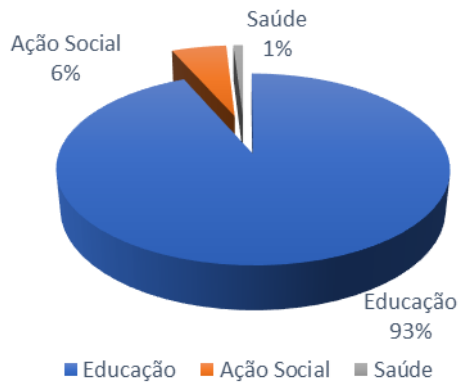
**Gráfico n.º 33 – Receita por competência**



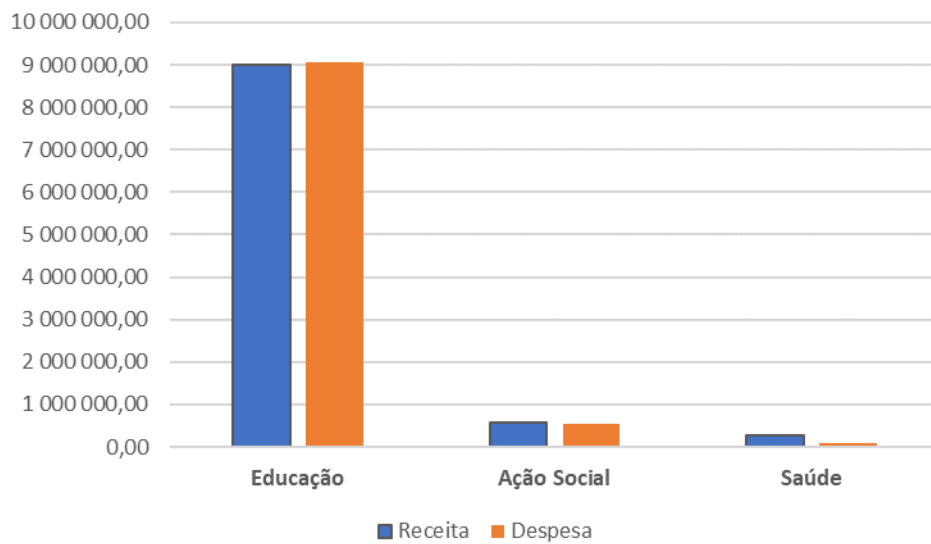
**Quadro n.º 23 – Despesa por competência**

Competência	Valor
Educação	9 068 412,72
Ação Social	541 297,70
Saúde	95 623,83
<b>Total Geral Despesa</b>	<b>9 705 334,25</b>

**Gráfico n.º 34 – Despesa por competência**



**Gráfico n.º 35 – Comparação Receita / Despesa**





#### **X – Proposta de aplicação do resultado líquido do período**

Considerando que o resultado líquido do exercício é positivo no montante de 2.237.651,20 € propõe-se, que o mesmo seja transferido para a conta de resultados transitados.